

VOLUMEN DOZE / NÚMERO DOIS / 1988

desenvolvimento de base

REVISTA DA FUNDAÇÃO INTERAMERICANA



TEMA ESPECIAL: desenvolvimento rural no Cone Sul

A Fundação Interamericana, entidade de direito público criada por ato do Congresso dos Estados Unidos em 1969, presta apoio financeiro direto a iniciativas de auto-ajuda da população pobre da América Latina e do Caribe. A Fundação concede anualmente cerca de 200 subvenções para projetos em mais de 25 países. Aproximadamente metade de seus recursos provém de dotações do Congresso e o restante é proporcionado pelo Fundo Fiduciário de Progresso Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Desenvolvimento de Base, publicação da Fundação Interamericana, aparece semestralmente em inglês, espanhol e português. Tem por fim explorar formas de assistência ao desenvolvimento que possam contribuir mais efetivamente para os esforços de auto-ajuda. Relata como se organizam e trabalham os grupos pobres da América Latina e do Caribe para melhorar sua vida. Os artigos publicados em Desenvolvimento de Base baseiam-se fundamentalmente na experiência da Fundação Interamericana e dos grupos aos quais assiste. Contudo, a revista recebe de bom grado colaborações de pessoas não vinculadas à Fundação. Os colaboradores interessados deverão solicitar nossas "Instruções aos autores".

Salvo indicação em contrário, com exceção da reprodução de fotografias para a qual se requer autorização, o material publicado em Desenvolvimento de Base pode ser livremente reproduzido. Solicita-se menção da fonte e uma cópia de qualquer reprodução.

Desenvolvimento de Base é publicação incluída no *Standard Periodical Directory* e no *Public Affairs Information Service Bulletin*. Cópias atrasadas podem ser obtidas em microfilme da *University Microfilms International*, 300 N. Zeeb Road, Ann Arbor, Michigan 48106, EUA.

Endereço para pedidos da revista:

Desenvolvimento de Base
Fundação Interamericana
1515 Wilson Boulevard
Rosslyn, VA 22209, EUA

Diretora da revista: Kathryn Shaw
Edição em português e espanhol: Leyda P. Appel
Tradução ao português e gráfica: João Francisco Bezerra
Coordenadora de produção: Michelle Huber
Assistente de publicação: Allison Lange
Assistência editorial: Ron Weber

Desenho da capa: Robert Borja

DESENVOLVIMENTO DE BASE

Revista da Fundação Interamericana

Volume 12, Número 2, 1988

Índice			
Tema especial: desenvolvimento rural no Cone Sul			
A caminho de outra selva: a viagem final dos matacos?	2	O povo que outrora vagava livremente nos vastos ermos do nordeste argentino poderá assentar suas raízes e encontrar o caminho para o Século XX?	Ariel Dorfman
Internalização da crise do algodão: organização de pequenos agricultores no leste do Paraguai	15	Os colonos do leste paraguaio descobrem que a chave para mudar sua sorte não são os preços mais altos do algodão mas os novos mercados de cultivos de subsistência.	David Bray e Dionisio Borda
O vale sem pássaros	24	Camponeses chilenos combatem a contaminação de pesticidas que ameaça sua terra e a saúde tanto sua como dos consumidores do país e do exterior.	Patrick Breslin
<i>La Feria Educativa:</i> manancial de idéias e orgulho cultural	30	A cultura pode ser instrumento poderoso para indentificar os problemas da comunidade e incentivar esforços para solucioná-los.	Chuck Kleymeyer e Carlos Moreno
Forum	35	O que aconteceu à educação não-formal?	Suzanne Kindervatter
A marcha do desenvolvimento	37		
Livros	41	Dois novos livros sobre administração dos recursos naturais da região.	
Recursos	44	Apanhado geral dos centros de recursos da mulher.	
Cartas	46		
Pós-escrito	48		

A CAMINHO DE OUTRA SELVA

A Viagem Final dos Matacos?

Ariel Dorfman

QUANDO CRIANÇA, um dos meus amigos pensava que matacos era uma espécie de animal. Ele fora criado numa usina de açúcar na Província de Tucumán, Argentina, onde à noite os adultos contam histórias. Uma delas tratava de algo chamado matacos, que eram caçados às centenas nas selvas do Gran Chaco. Ele se lembra principalmente de uma noite quando um hóspede de seu pai contou como alguns matacos tinham sido agarrados, um a um, por soldados na traseira de um trem em movimento. Isso confirmou sua impressão de que as vítimas eram macacos ou outros animais selvagens.

Essa idéia continuou por muitos anos. Certa manhã ele estava no quintal de casa quando viu sua avó diante de duas crianças pequenas de faces bronzeadas, irmão e irmã, impassíveis. Com grandes tesouras, ela começou a cortar o cabelo negro e sujo das crianças. "Esses matacos", disse ela, "estão cheios de piolhos. Esta é a única forma de arrancá-los".

Foi somente então que meu amigo compreendeu que os matacos eram índios.

Há uma vasta região na província argentina de Chaco, com cerca de 2 milhões de hectares de cerrado seco, conhecido como *El Impenetrable*. Não encontrei ninguém que pudesse dizer com exatidão quando esse nome começou a ser usado, mas todos concordam em que não se trata de uma floresta ordinária. Um denso emaranhado de vegetação que se estende ininterruptamente por quilômetros, com uma ou outra árvore solitária destacando-se acima de arbustos baixos, formando uma parede sufocante de matagais onde ninguém pode penetrar sem um guia nem daí sair vivo se o guia o abandonar.

Mas não é somente a floresta que isola a zona. A terra não pode absorver toda a água que nela escorre. Água do céu nos meses de chuva. Água que sobe nos rios alimentados pelos Andes remotos na época de descongelamento, rios transbordando além de seus limites e mudando o curso imprevisivelmente. Durante dias, até mesmo semanas, as estradas são interrompidas — pode-se navegar nelas por quilômetros como se fossem lagos estreitos. Mais tarde, virão os meses definhantes de calor seco, até mesmo de seca, mas isso não importa — os habitantes locais sabem que em breve terão tanta água que não saberão o que fazer com ela.

Para a maioria das pessoas, um tal lugar que varia de pântano a serrado, não seria somente impenetrável mas, francamente, inabitável. O que para outros é inóspito e ameaçador, para os matacos restantes — 15 000 dos 23 000 sobreviventes concentram-se nesta área — é o último refúgio e, talvez, a última oportunidade de sobreviver.

Aqui, na fronteira norte de *El Impenetrable*, às margens das correntes pardacentas e lamacentas do tumultuoso Rio Bermejo, encontra-se a aldeia de El Sauzalito. Faz-se ali uma experiência notável para tentar salvar todo um povo da extinção.

Em 1879, no momento exato em que os índios dos Estados Unidos estavam sendo massacrados pelo potencial de fogo superior, Julio Roca, então ministro da guerra da Argentina e em breve seu presidente, definiu uma nova estratégia com relação aos índios, que ainda controlavam vastos territórios da república. "É necessário", disse ele, talvez pensando no recém-inventado rifle Remington, "procurar dire-

tamente o esconderijo do índio e subjogá-lo ou expulsá-lo". A ofensiva resultante contra os índios dos Pampas tornou-se conhecida como *La Campaña del Desierto* (A Campanha do Deserto) e praticamente exterminou os guerreiros nômades que habitavam as planícies ricas e férteis necessárias para o pasto do gado e plantação de trigo. Ao mesmo tempo, embora com menos recursos e menos urgência, o Gran Chaco (chamado Deserto Verde) foi conquistado e as tribos restantes de índios foram obrigadas a recuar. Isso finalmente culminou na expedição ao Rio Pilcomayo em 1912 e no massacre que provavelmente está na fonte das histórias que meu amigo ouviu ao redor da fogueira em Tucumán.

Os matacos têm sua própria versão dos acontecimentos. Andrés Segundo é um mataco de 54 anos, que aprendeu a escrever há 40 anos. Uma das primeiras coisas que escreveu foram as lembranças de seus avós sobre a expedição contra seu povo, reminiscência repetida hoje por seus próprios filhos e netos. Ele lê suas notas e como suas palavras são difíceis de seguir, procuro compreender melhor concentrando-me no material escrito. Embora escritas em espanhol, as letras pequenas e em forma de garranchos pareciam quase indecifráveis. À medida que seus dedos acompanhavam os hieróglifos na página, sua voz tornava-se lenta, repetitiva e ritmada.

Não sabíamos de onde vinham os soldados nem por quê. Descobriram onde os aborígenes [os matacos nunca usam as palavras "índios" ou "nativos" para referirem-se a si mesmos] viviam e vieram com rifles e balas, espancando as pessoas. Os matacos refugiaram-se no monte [a mata]. Havia uma mulher com uma criança. Ela foi ferida. Ela mandou a criança fugir. Isso é o que o meu avô me contou. Eles caçaram o aborígene como se fosse um tigre... Nós não estávamos fazendo mal a ninguém. Vivíamos da terra, juntando as coisas que não pertenciam a ninguém. Não sei por que os soldados vieram.

A razão é, de fato, muito simples. Vieram porque naquela época a Argentina produzia bens para exportar aos mercados estrangeiros — e muitas terras dos índios estavam lá para serem tomadas. "Os colonos vinham," disse-me Manuel Fernández, outro cronista mataco, "e pediam permissão para limpar a terra ou instalar-se, prometendo que dariam uma vaca à tribo". Os índios o interpretaram como gesto de gratidão. Os colonos entenderam como se tivessem comprado a terra. Para os matacos, isso era um absurdo: como se poderia vender a terra? O

Exército arbitrava as disputas.

Seu território começou a diminuir — mas mesmo assim, os matacos não seriam deixados em paz no que lhes restava. A economia argentina necessitava não somente de sua terra — mas também de seus corpos.

Andrés Segundo também registrou esse evento. Seu tio contou-lhe o que aconteceu quando um estranho chegou. Havia sido mandado pelo proprietário de uma usina de açúcar remota em busca de trabalhadores braçais para cortar cana. A longa jornada que se seguiu está registrada em folhas amareladas de papel — como caminharam durante um mês, famílias inteiras, até chegarem ao trem. Andrés Segundo relata a história com voz monótona, quase sem emoção, como se essas catástrofes fossem naturais e não causadas pelo homem. Choveu no caminho, assim parece (escrevo "assim parece" porque os detalhes estão anuviados, como se ainda estivesse chovendo e houvesse lama nas próprias palavras). As crianças choravam de frio. O vendaval era terrível, caíam árvores, matavam-se pessoas.

Essa seria a primeira mas não a última viagem. Encurralados num sistema de escravidão por dívida, cada vez mais dependentes de bens manufaturados, os matacos continuavam a voltar às plantações de açúcar (o algodão viria mais tarde). Parte do ano eram trabalhadores sazonais, contratados com salários baixos e mercadoria barata; o restante do tempo eles caçavam e pescavam e comiam frutas silvestres.

Mas até mesmo esta vida dividida e miserável corria perigo. Na década de 60, poucos trabalhadores eram contratados — a era da mecanização chegara. (No avião de volta do nordeste, sentei-me ao lado de um dos principais exportadores de algodão da Argentina. Com uma calculadora da Texas Instrument na mão, ele calculou, para meu benefício — apertando botões de adição e subtração, tirando porcentagem — como a mecanização tornara cada vez mais obsoletos os migrantes.)

Os matacos encontraram-se numa situação precária. O *monte* sofria erosão, as espécies animais desapareciam, o equilíbrio ecológico da região rompera-se, os salários eram insuficientes. ("Não havia trabalho", disse Andrés Segundo, "mas nós tínhamos de comer".) Além da subnutrição, doenças como tuberculose, Chagas e parasitose tornaram-se comuns. Aumentou a mortalidade infantil.

Ao começar a década de 70, o futuro parecia ainda mais desolador para os matacos. Havia sobrevivido a inundações e desastres naturais durante

séculos mas não podiam suportar a enchente da civilização moderna, provocada pelo homem. Como tantas outras tribos contemporâneas de aborígenes, os matacos pareciam destinados à extinção.

Há doze anos atrás não havia estrada para El Sauzalito. Quem conseguisse chegar lá, encontraria choupanas de sapê espalhadas no meio de uma clareira coberta de matos. Se não houvesse machetes de aço, alguma roupa, uma ou outra garrafa e lata, até se poderia pensar estar visitando a Idade da Pedra.

Hoje El Sauzalito está ligado com Castelli por uma estrada de terra, a 322 km, e por rádio com o mundo externo. No centro da cidade há uma praça com bancos, jardins e caminhos de pedra. Nas proximidades há um bangalô onde se reúnem o prefeito eleito e os vereadores, além de um escritório para o juiz de paz e um tabelião. Foram construídos um hospital, uma escola primária e uma escola secundária. A maioria dos habitantes, embora nem todos, vive em casas de tijolos e há eletricidade.

Mais importante ainda, em vez de uma população flutuante, El Sauzalito está crescendo. Há casamentos, nascem crianças. Conheci vários jovens que tinham saído para derrubar árvores mas voltavam para ficar. O movimento é centrípeto e não centrífugo como antes.

A uma distância de alguns quilômetros, pode-se encontrar pequenos assentamentos que fazem lembrar o passado recente de El Sauzalito: conjuntos esparsos de choupanas que quase se identificam com a mata que os cerca. Mas a distância real não é medida em quilômetros. Para transformar El Sauzalito, milhares de horas de energia foram gastas pelos matacos e abundaram os recursos externos. Se estes secarem, se os matacos caírem na apatia, esta nova versão de El Sauzalito provavelmente regressaria no tempo, seria engolfada pelo crescimento da mata circundante e novamente começaria a morrer.

No início deste século, um médico chamado Maradona escreveu o livro *Através de la Selva* (Através da Selva), no qual narra suas visitas a diversas comunidades indígenas do Gran Chaco. Falando dos matacos, assim se expressou: "O índio fala suavemente e é até delicado no tratamento das pessoas, mas sua natureza selvagem, suspeitosa e egoísta prevalece rapidamente". Em outras páginas, menciona sua personalidade criminosa e tendência destruidora. Outros adjetivos usados são "indolentes", "decadente", "ridículo", e "sangüinário".

A Constituição Argentina, naturalmente, não usa nenhuma dessas palavras para descrever o índio. Mas ao determinar que o índio seja convertido ao catolicismo como forma de garantir a paz (artigo 67, parágrafo 15), juridicamente afirma a inferioridade da civilização e cultura nativas e nega aos índios o direito de suas próprias crenças. Não é de surpreender, portanto, que um decreto de 1978 tenha dado ao Vice-Ministro de Assuntos Indígenas também a responsabilidade pelo bem-estar de menores, pessoas idosas e deficientes.

Os índios são agrupados com não-adultos, com as pessoas cuja utilidade já passou e com os que esperam a morte.

Quando Diego Soneira chegou a El Sauzalito em 1973, como representante do *Instituto del Aborigen*, uma espécie de Instituto de Assuntos Indígenas, já tinha passado vários anos trabalhando nessa área e estava convencido que somente uma alteração dramática da forma de vida dos matacos poderia salvá-los. Até então tinham estado constantemente passando de um lado para outro, seja como nômades na selva ou como migrantes nas fazendas. Nenhuma das duas formas de subsistência oferecia qualquer garantia de estabilidade. Os matacos necessitavam ser os proprietários legais de suas terras, de forma que nunca mais fossem delas expulsos. Mas isso significava que tinham de arar a terra e tornar-se sedentários.

Não seria tarefa fácil. Embora há muitos séculos atrás tivessem aprendido algo sobre agricultura de subsistência dos remanescentes do império Inca e posteriormente adquirido algo mais dos brancos, os matacos eram principalmente caçadores. O que a humanidade levava milhares de anos para aprender, os matacos teriam de conseguir numa geração.

Entretanto, Soneira não era a espécie de burocrata que visita os pobres ou os índios armado de teorias ou sugestões que outros devem pôr em prática e depois retorna à sua casa confortável. Sabia que para essa mudança ter qualquer possibilidade de êxito, teria de ser feita pelos próprios matacos e não imposta de fora. E sabia também que isso significava acompanhar os matacos e viver como eles. Ex-padre

* Nota: Desde que este artigo foi escrito, foi adotada uma nova lei em 1987 que determina reformas básicas no tratamento dos índios na Argentina (ver página 13).

que não perdera absolutamente o zelo missionário ao renunciar ao sacerdócio, Soneira chegou a El Sauzalito para ficar. Seis outros brancos — especialistas em saúde, agricultura e educação — uniram-se a ele, entre os quais sua esposa, Nene, e a mãe dela, Clemencia Sarmiento, a partir daquela época conhecida por todos como Mami.

Naturalmente, os matacos ficaram desconfiados. Não tinham forma de saber que Diego era diferente dos outros brancos que lhes tinham trazido propostas ambiciosas e depois voltado mais ricos do que quando tinham chegado e certamente em melhores condições do que os índios que ficaram para trás. Nessa primeira reunião com Soneira, que assumiu uma espécie de status legendário, como de fundação na memória de El Sauzalito e é agora narrada em diversas versões confusas — oito matacos estavam prontos para cooperar; outros 150 opunham-se à sua presença. (Todos os matacos com quem conversei incluíam a si mesmos entre os oito.) Evidente é que, apesar da maioria que queria recusar-lhes entrada, o grupo conseguiu, após horas de discussão durante um dilúvio, levantar três tendas no meio da mata, no local exato onde hoje se encontra, com orgulho, a praça central. Com o tempo, Soneira e seus companheiros gradualmente conquistaram a confiança dos matacos, embora tivesse sido expulso duas vezes da cidade, quando não receberam tudo que queriam. Eventualmente Soneira fundou a *Asociación Promotores Chaco*, que trouxe pessoas de fora para ajudar os matacos a realizar projetos agrícolas. Hoje há 40 promotores em todo o *El Impenetrable*.

Entretanto, concentrar-se apenas nos assessores externos não faz justiça a muitos matacos que haviam concluído por si mesmos que caminhavam para um beco sem saída. Sem esses matacos, os planos de Soneira nunca se teriam transformado em realidade.

Ernesto Reynoso, o cacique ou chefe dos matacos, viu a situação de seu povo deteriorar ano após ano. Como Soneira, ele começou a acreditar que a propriedade da terra era a melhor esperança para os matacos. Ninguém elegeu Reynoso para seu cargo; nenhum outro candidato queria esse trabalho. Embora ele tenda a exagerar seu próprio papel ("eu construí este lugar; eu sou o *tata*, o grande pai deste lugar; eu sou a autoridade aqui"), todos concordam que ele *era* indispensável. Com o passar do tempo, demonstrou ser advogado astuto: importunando incansavelmente as autoridades para arrancar promessas de ajuda e depois batendo nas portas para fazê-

las cumprir o que prometeram. Homem firme e cabeça-dura, ele sabia que para a assistência continuar seu povo teria de mostrar resultados. Atrás e ao lado dele, portanto, há muitos outros matacos. Seu orgulho pelo que foi conseguido é o orgulho deles. "Estas são as máquinas que fizeram tudo", diz ele, levantando os braços. "E estas pernas foram as que andaram por todos os lugares. Tudo o que se vê — a praça, o hospital, os campos — nós construímos tudo".

Seu bisavô não sabia uma só palavra de espanhol. Vivia do mel, da iguana e do peixe. Com machete, picareta e pá, seu avô ajudou a construir a estrada de ferro de Formosa a Salta. Seu pai era um *bracero* ou trabalhador braçal nas fazendas. O próprio Reynoso começou a colher algodão com cinco anos. Sua esposa morreu numa dessas jornadas de um mês para os campos de algodão.

"Algum dia", disse-me ele, "teremos médicos matacos. Quem sabe? Talvez algum dia meu neto pilote um avião."

Mas a confluência dessas duas correntes — os brancos dedicados aos matacos e a fé dos matacos em si próprios — talvez não tivesse sido suficiente se uma outra espécie de aguaceiro não tivesse caído. Em 1975, os militares argentinos depuseram o governo de Isabel Perón.

Irônico como esse evento ajudaria os matacos que, quando votavam, tendiam a votar pelo partido peronista. O governo militar, como demonstrou a história, não estava sumamente interessado em ajudar os que viviam à margem da sociedade. Entretanto, obcecados com a segurança, preocupavam-se com o fato de o Gran Chaco ser tão subdesenvolvido e isolado que seria vulnerável a ataques estrangeiros. E a própria idéia de que alguma coisa "interna" fosse também "impenetrável" era um insulto ao orgulho geopolítico e machista dos militares.

As forças armadas, portanto, forneceram uma enorme quantidade de recursos para a região, em sua maioria, bastante inúteis. No meio da selva, por exemplo, numa área com poucos nativos, foi construída uma pequena cidade de concreto desde a base, completa com telefone, televisão de satélite e prédios com ar condicionado para alojar funcionários do governo que nada tinham a fazer todo o dia senão esperar a próxima visita de cerimônia.

Mas em El Sauzalito os recursos podiam ser usados para planos que já estavam em andamento. Assim, quando o governador da província veio visi-

tar e percebeu que já se tinha conseguido muito com pouco apoio externo, ofereceu a Diego Soneira o cargo de prefeito ou *intendente*. Embora a política nacional do governo militar fosse diretamente contrária a seus próprios ideais democráticos, Soneira percebeu a oportunidade de desenvolver mais a área, pagar os salários dos promotores e canalizar o dinheiro municipal para uma infra-estrutura essencial.

Conforme relata o próprio Soneira, ele disse ao governador que havia duas formas de abordar o desenvolvimento de El Impenetrable. A primeira era considerá-lo como uma empresa enorme. "Nesse caso", disse ele, "a finalidade é ganhar dinheiro e explora-se as coisas para produzir lucro imediato. Ou pode-se ver aqui uma vasta escola. Isso significa que, como qualquer outra forma de educação, haverá déficit a curto prazo e os benefícios virão muitos anos mais tarde. Eu não sou homem de negócios. Se o senhor quiser que eu e meu povo trabalhemos aqui, poderemos transformar este lugar numa escola capaz de dar aos índios a oportunidade de aprender a viver por si próprios, sem condená-los a viver para sempre da previdência social."

O governador, para surpresa geral, concordou.

Era inevitável que, algum dia, a vasta escola de matacos enfrentasse problemas, porque esse esforço era constituído de dois processos de aprendizagem separados e, pode-se quase dizer, contraditórios. O primeiro, que tinha prioridade até então, era modernizar a economia dos matacos, permitindo a seus membros ajustar-se a uma civilização estrangeira esmagadora que, tecnológica e organizacionalmente, era muito mais poderosa do que a sua. O segundo, que era implícito e até então não havia encontrado expressão institucional nem financiamento, era ajudar os matacos a salvar sua identidade e manter o que os tornava diferentes à medida que se integravam no mundo cujas regras não tinham feito.

O problema é que, para modernizar-se e ter uma base econômica própria, os matacos deviam romper seus padrões tradicionais de organização social. Para o caçador, a Natureza é o provedor: o futuro depende da interpretação cuidadosa do mundo natural e não de um planejamento sistemático do trabalho próprio. Recolhe-se o suficiente para durar um breve período e quando termina o estoque vai-se à luta para conseguir mais. Uma tal cultura não concebe a idéia, por exemplo, de que uma plantação pode ficar arruinada se os campos forem abando-

nados por uma semana, que há coisas tais como capitalização ou crédito a ser pago. O futuro não está, de fato, nas próprias mãos. "Isso pode acontecer", disseram-me os matacos. "E pode acontecer de novo e talvez não aconteça."

Além disso, os matacos não estão acostumados a cumprir obrigações coletivas. Antigamente qualquer família poderia deixar a comunidade sem permissão. As decisões não eram tomadas por maioria nem impostas a uma minoria. É uma estrutura perfeitamente lógica se a floresta renovável sempre estiver lá — mas isso atrai o desastre se a terra tiver de ser lavrada, conseguidos os tratores, distribuídas as sementes e fertilizantes e se a sobrevivência depender do controle da Natureza por meio da cooperação mútua.

Os matacos tiveram êxito relativo nesse empreendimento. Evidencia-se isso no número de edifícios e instalações, no padrão de vida crescente, nos muitos hectares (ainda insuficientes) atualmente em irrigação, nos cultivos exportados e na madeira vendida e, acima de tudo, em sua capacidade de organizar. Eles controlam e regulam suas próprias atividades econômicas por meio da *Asociación Comunitaria*, com uma subcomissão para cada indústria — agricultura, corte de árvores, produção de madeira, concertos e, em breve, pesca. A associação permite aos matacos planejar seu trabalho, distribuir lucros, fazer a contabilidade, discutir e resolver suas dificuldades.

Os promotores, sem dúvida, ainda estão ao lado com sugestões, conhecimento especializado, técnicas — como ponte inevitável para um mundo externo confuso — e talvez permaneçam até ser educada a nova geração. No entanto, os matacos estão obviamente traçando seu próprio caminho incerto para uma autonomia relativa.

Entretanto, a realização desse primeiro objetivo educacional forçou os matacos a tratar do segundo, que fora perpetuamente adiado. Os promotores não iniciaram essa experiência como meio de ingerir sem dor mais uma tribo aborígine no estômago do Século XX. A idéia era que os matacos deviam modernizar-se sem perder seus valores e perspectivas nem a própria cultura.

Naturalmente, a questão difícil é a mesma ouvida em muitos outros lugares do Terceiro Mundo: "Isso pode ser feito?"

No dia em que cheguei a El Sauzalito, uma menina mataco acabava de morrer. Era a 16ª criança

que morria nos últimos quatro meses.

Algumas horas mais tarde, conheci o médico que naquela época se supunha estivesse a cargo da saúde da comunidade. Eu ouvira histórias vagas sobre ele — homem que recusava os doentes se apresentassem fora do horário regular, homem que não visitava as outras comunidades, homem que — segundo se dizia — afirmara que a única forma de fazer um índio trabalhar era disparar dois tiros nele. Mas até mesmo essas histórias não me prepararam para a pessoa que entrou insolentemente pela porta. Começou a atacar verbalmente toda a experiência: era, disse ele — os olhos esbugalhados num rosto magro e macilento — "um fracasso total". Em vez de avançar, os maticos estavam retrocedendo. Estigmatizou a recente decisão de plantar algodão como absurda e declarou que se necessitava de um proprietário *criollo* para estabelecer certa ordem. Finalmente, ele se voltou, inclinou-se levemente e usando as nádegas como metáfora, bateu nelas com as mãos para indicar, a seu ver, a inutilidade de tudo aquilo.

"Porque você está aqui então?" perguntei.

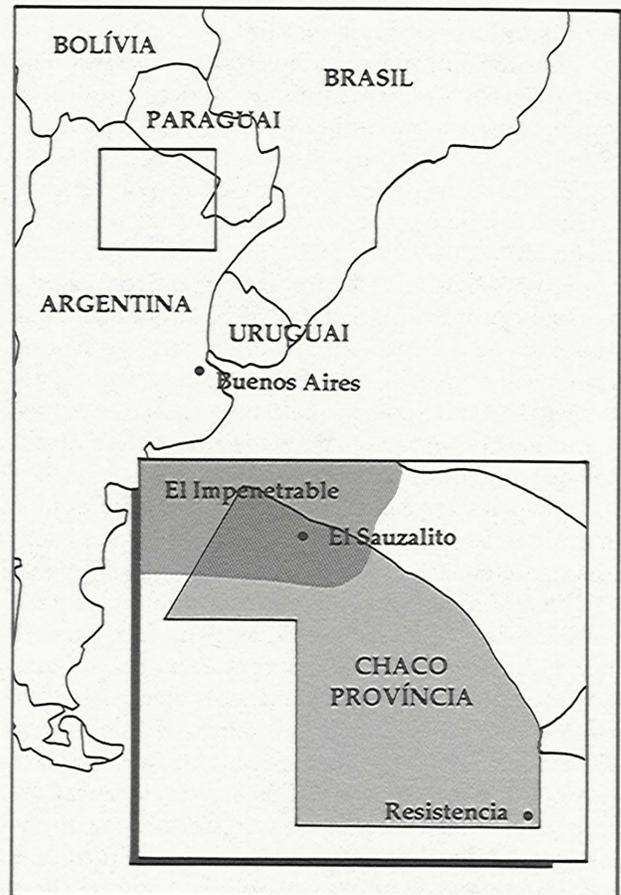
Sua resposta me deu um calafrio. "Eu não sou humano", disse ele. Talvez quisesse dizer "humanitário" — mas a palavra que usou erradamente adaptava-se muito bem à sua maneira. "Eu não vim aqui para salvar ninguém mas para meu próprio benefício. Já tenho quase 60 anos. Se eu me aposentasse como um médico qualquer, seria um mendigo. Por isso concordei em vir para este lugar. Assim eu poderei aposentar-me com a pensão de um diretor de hospital."

Eu não mencionaria esse médico, a não ser porque personifica, em minha opinião, dois fatos inegáveis sobre a situação dos maticos. Primeiro, muitos estranhos vêm para esses lugares não para ajudar os que lá vivem mas para ajudar a si próprios. Segundo, e talvez mais significativo, os maticos procuraram substituir o médico desde que ele chegou há três anos. Receberam garantias repetidas de que ele sairia em breve mas ali estava ele, símbolo de todas as coisas — demasiadas para mencionar — sobre as quais os maticos não têm controle e, no entanto, são essenciais para seu bem-estar. Os maticos pouco podem fazer a respeito da crise econômica mundial ou da economia argentina — embora essas crises signifiquem que seus produtos conseguem preços mais baixos, que a inflação devora seus lucros e que os subsídios e serviços se tornam cada vez mais escassos.

A hostilidade e complexidade aparentes do

mundo externo criam entre os maticos uma dependência adicional com relação aos pára-choques externos que os protegem e dele se beneficiam. Sem os promotores ou a ajuda externa, os maticos não poderiam começar seu caminho em direção à autonomia; mas agora tendem a considerar esses fatores como permanentes. Com certo embaraço, onde quer que eu fosse, tinha de ouvir uma longa ladainha de necessidades, pedidos e queixas, como se todos exigissem que eu resolvesse seus problemas.

Naturalmente, essa situação não é peculiar aos maticos. Os dilemas do paternalismo e da dependência estão presentes na maioria dos projetos de desenvolvimento. Não é meu propósito explorar aqui como esses problemas podem ser superados. O importante agora é assinalar que se todo o poder — tanto mau como bom — parece provir do exterior, então o sentido de autovalorização dos maticos está enfraquecido. Tudo o que aprendem indica-lhes que o caminho para a autonomia, o caminho para o sucesso passa pela anulação e erradicação de sua identidade passada.



O antropólogo Edward Spier, em seu estudo clássico sobre os índios Yaqui, cunhou a frase "povos resignados" para designar os grupos humanos que "experimentaram incorporação em estados-nação, existiram neles ou os superaram." Ele examina "os catalães e bascos da Espanha; os gauleses e irlandeses, da antiga Grã-Bretanha; os cherokees, os hopis e os senecas dos Estados Unidos; os maias das baixadas do México; e, finalmente, os judeus de muitos Estados diferentes."

Em todos os casos, ele conclui que um povo perseverará — apesar das mudanças drásticas na constituição genética, lugar de residência, idioma, costumes e crenças — se continuar a manter uma identidade comum, ou seja, um conjunto de símbolos e experiências que lhes permita ter uma compreensão comum do mundo e de seu relacionamento com outras culturas. Os povos incapazes de manter a consciência de sua etnicidade não podem lembrar-se de seu passado coletivamente nem usá-lo para interpretar o presente e provavelmente serão absorvidos.

Os maticos poderão resistir?

Eles têm em sua cultura a resiliência e flexibilidade de passar pelos rituais de modernização sem desintegrar-se como entidade cultural independente?

A esta altura não há forma de responder com certeza. O que eu vi e ouvi não foi sumamente encorajador.

Em 1944, os maticos foram convertidos ao cristianismo por missionários da Igreja Anglicana. Pela primeira vez, os índios receberam certa educação elementar, serviços de saúde e proteção contra as incursões do exército e dos colonos brancos, que freqüentemente matavam maticos por puro prazer. Mas os índios também foram ensinados a esquecer suas próprias lendas e histórias, a sentir vergonha do seu passado e a não dançar nem cantar suas músicas tradicionais.

Pedi aos maticos que conheci que me contassem histórias e mitos de seu passado. Eles pretendiam não entender minha pergunta ou diziam que não se lembravam. Quando eu repetia várias lendas ou descrevia a crença sobre os mortos e os espíritos — coisas que eu tinha lido em relatos publicados por antropólogos estrangeiros — as pessoas balançavam a cabeça afirmativamente, concordando que conheciam essas histórias. Entretanto, não admitiam que ensinavam essas lendas a seus filhos nem que com-

partilhavam o conjunto de lei sagrada que continha a orientação moral e as linhas da identidade comunitária. Alguns promotores me disseram que algo semelhante acontece com os cantos e danças: os maticos cantam hinos na igreja mas os antigos instrumentos e melodias são postos de lado e esquecidos.

O único matico que conheci preparado para contar e discutir os antigos mitos era — por estranho que pareça — Ernesto Avendaño, o pastor anglicano de El Sauzalito. Talvez ele estivesse suficientemente seguro das origens divinas de suas próprias crenças para admitir conhecer essas histórias. De qualquer forma, ele explicou que se tratavam de meras superstições já desnecessárias a seu povo. Os cantos, acrescentava ele, eram ensinados como aprendizado à feitiçaria mas tudo isso era coisa do passado.

Como essa atitude de rejeição é a crença básica da maioria dos maticos — ou ao menos o que professam crer — a situação é delicada para os promotores. Patricio Doyle, ex-sacerdote católico que se concentrou no futuro cultural dos maticos, não quer interferir com suas crenças religiosas ou formas de culto. Mas quer descobrir o que resta de seus valores, aptidões e lendas, o que os maticos podem construir ao se tornarem parte do mundo ocidental e da Argentina.

Ele está agora trabalhando numa *revistita*, uma pequena revista em matico e espanhol que pertencerá à própria comunidade e servirá de veículo para amplificar a voz múltipla dos maticos. Ele espera que os maticos comecem a expressar seus problemas atuais, bem como o que pertence a seu passado e à memória coletiva.

Ele também conseguiu persuadir dois técnicos em desenvolvimento da arte e recriação entre grupos marginalizados a virem de Buenos Aires e trabalharem com as pessoas do local.

E no entanto Patricio Doyle, que passou muitos anos entre os maticos, não fala seu idioma. Como também não o falam nenhum dos promotores, nem mesmo Diego Soneira. O mesmo acontece com as crianças brancas. Algumas palavras são compreendidas, pode-se acompanhar vagamente as conversas mas nenhuma das pessoas que vieram ajudar os maticos a sobreviver como entidade cultural têm fluência em seu idioma. Por mais que tenham tentado, não conseguiram aprendê-lo e nem mesmo encontraram maticos dispostos a ensiná-los.

Ouvi a língua freqüentemente durante a minha estada. Uma vez, ainda me lembro, estava numa

reunião que Mario Pisano, um promotor, realizava com os residentes da aldeia vizinha de Vizacheral para discutir o futuro da pesca. Depois da troca de algumas palavras em espanhol, um dos homens repentinamente passou para mataco e os outros bem depressa uniram-se num fluxo de antifonia. Antes de um terminar, o outro começava, como se estivesse falando consigo mesmo e ao mesmo tempo a todos, como se alguém dentro estivesse ouvindo, murmurando muito baixo — somente ouvidos acostumados à mata poderiam distinguir os sons — e assim prosseguia, uma superimposição melíflua e entrelaçada de vozes, até que pararam. Tinham chegado a uma espécie de conclusão, um e todos, e o espanhol era mais uma vez a língua a ser usada. Naquele momento, parecia-me que defendiam o seu último refúgio na terra, aquele emaranhado de sílabas que somente eles podiam compreender.

Chega a parecer que os matacos não estão dispostos a ensinar sua língua aos promotores. Uma vez que se dá aos estrangeiros a língua, parece ter-lhes dado a selva, a terra, as árvores. É na língua, afinal de contas, que os lugares e pássaros, animais e costumes são nomeados e invocados.

Talvez eu tenha tido um vislumbre do *Impenetrable* real: a língua, o único lugar no mundo que pertence somente aos matacos.

Os matacos têm lendas bonitas.

Como as de todos os outros povos, relatam as origens do universo, a razão por que há homens e mulheres, como surgiram os animais, por que existem as chuvas e o mel, as lutas dos heróis e as viagens dos trapaceiros.

Algumas de suas lendas parecem ser recentes, porque indicam uma consciência considerável dos brancos, povo dominante.

Numa dessas, os matacos explicam por que são tão poucos e as outras tribos tão populosas. De acordo com essa lenda, as diferentes raças e países esgueiraram-se do subterrâneo por um buraco cavado por um tatu. Todos os homens e mulheres de cada raça puderam escapar e popular a terra. Mas quando chegou a vez dos matacos, só alguns apareceram antes que uma mataco grávida ficasse presa no buraco e não se pudesse mover. E assim muitos matacos não nasceram.

Outra lenda diz que os cristãos e os matacos moravam juntos numa casa "em que tudo se podia encontrar." Tudo que era bom — machados, ferramentas, cavalos, gado, lindas roupas para mulhe-

res — foi levado pelos ancestrais dos cristãos e os matacos ficaram somente com potes de barro, cães e "outras coisas inferiores".

O pote de barro, que os matacos fabricam com grande habilidade e elegância, é o protagonista de outra lenda curta. Começou a concorrer com o pote de ferro, dizendo que podia cozinhar tão bem e tão rapidamente como ele sobre o fogo. Mas o pote de ferro ganhou e o de barro rompeu-se e foi jogado fora.

Os matacos têm lendas bonitas mas se consideram derrotados. Um povo somente sobreviverá se for capaz de orgulhar-se de sua própria cultura.

De 1921 a 1982, quase 6,4 milhões de imigrantes vieram para a Argentina. Em 1895, os imigrantes constituíam 25,5% da população e em 1914 essa cifra chegou a 30%, a maior proporção do mundo.

Nenhuma estatística registra quantos matacos havia então. Assim, não podemos saber que proporção existe agora.

A cerca de 776 quilômetros ao sul de El Sauzalito encontra-se a cidade de Resistência, capital da província de Chaco.

Na praça central de Resistência — batizada com esse nome porque *resistiu* triunfalmente aos assaltos dos selvagens — há uma estátua. É cópia de uma estátua que eu vi com frequência nos livros de arte e história e cujo original contemplei uma vez na própria Roma. Foi dada à cidade de Resistência pela comunidade ítalo-argentina e representa os gêmeos Rômulo e Remo mamando numa loba.

Assim Roma viu suas origens, como se não tivesse havido tribos anteriores na sua península nem habitantes prévios. E os imigrantes que vieram ao nordeste da Argentina viram-se a si mesmos abrindo um território supostamente virgem, tal como o fizeram os romanos: cada qual um Rômulo, cada qual um Remo vindo estabelecer pequenos impérios numa terra estrangeira.

Não há estátua em Resistência para os ancestrais de Andrés Segundo nem de Ernesto Reynoso.

Não há estátua dos seus ancestrais em parte alguma.

Por estranha coincidência, ouvi Roma mencionada na primeira manhã em que cheguei a El Sauzalito. Embora a referência nada tivesse a ver com a imigração, poderia estar relacionada com os impérios.

Perguntei a Patricio Doyle por que ele tinha deixado Buenos Aires, o que fazia em lugar remoto.

"Cristo não nasceu em Roma", respondeu Patricio. "Nasceu em Belém. Quem sabe o que nascerá nesta terra longínqua e se irradiará, por exemplo, a outras partes?"

A maioria dos maticos com quem conversei parecia não estar ciente de sua suposta transcendência ou da encruzilhada cultural a que tinham chegado.

Eu hesitei antes de escrever esta sentença. Na realidade, não estou certo de sua veracidade.

O problema é que eu quase não pude comunicar-me com os maticos durante minha breve estada. Sem dúvida, conversamos longamente. No entanto não houve, com exceção de uma vez, contato profundo — nenhum momento em que duas pessoas se reúnem e sabem que estão compartilhando algo, que há certa compreensão. Fazia-me falta seu idioma e eles usavam o meu sem eloquência, embora frequentemente com grande dignidade. Ademais, o espanhol, além de não ser sua língua nativa, é a língua dos que os dominaram e devem ter pensado que o que eu escreveria sobre eles poderia ser essencial para assistência ou subvenções futuras. Portanto, cuidavam muito do que diziam. E tampouco ajudou o fato de eu não ter um intérprete: as traduções ao menos pretendem que há uma certa igualdade no intercâmbio. E houve uma incrível reserva e intratabilidade por parte das mulheres, com as quais absolutamente nunca pude falar e cuja importância na conservação e transmissão de uma cultura oral e autócota não pode ser exagerada.

Não me senti frustrado por essa falta de contato. Eu a interpretei como um sinal de que os maticos tinham caminhos secretos em suas florestas aos quais eu não tinha acesso, tesouro de que não abriam mão facilmente. Senti-me satisfeito em saber que tinham algo oculto — e somente abriguei a esperança de que atrás daquele silêncio ou das palavras equivalentes ao silêncio houvesse uma fortaleza em que se baseassem, à medida que continuasse sua experiência. À medida que ganharem confiança em si próprios, estarão em condições de entabular um diálogo mais significativo com o mundo externo.

Mas houve, como indiquei, uma exceção. Seu nome é Ramón Navarrete. Como *primer concejal* ou vice-prefeito do município, ele tinha o cargo político e administrativo mais alto jamais exercido por um matico. Procurei falar com ele diversas vezes e estava sempre ocupado. Somente no meu último dia

em El Sauzalito — quando a tarde se transformava no que somente posso descrever como uma noite abafada — pudemos conversar.

Quando a democracia e as eleições retornaram à Argentina em 1983, Diego Soneira decidiu afastar-se do cargo de intendente. A concentração de tanto poder em suas mãos havia permitido à comunidade dar passos gigantescos para a frente mas também tinha criado confusão e parecia um tanto artificial. Chegara o momento, acreditava Soneira, para o próprio povo administrar suas instituições, ser menos protegido do mundo externo. Tinham de aprender a não procurar nele todas as respostas. Embora os maticos constituíssem a grande maioria da população, não propuseram um deles para prefeito, preferindo um *criollo* (nativo) simpático a eles e com experiência administrativa. Entretanto, elegeram três *concejales* ou vereadores e Navarrete é um deles. Não é um líder, como Ernesto Reynoso, mas — dentre todos os maticos — é o que melhor compreende como funcionam a língua e a sociedade argentina. É o exemplo mais próximo de um "intelectual" que encontrei na comunidade dos maticos.

Como os intelectuais em todas as partes, Navarrete é angustiado. Tem de lidar com encargos que ele só vagamente compreende — orçamentos, licença para tratamento de saúde, papéis em três vias, as maravilhas da burocracia moderna — e ao mesmo tempo atender às crescentes demandas dos maticos que acreditam que o município existe para proporcionar-lhes trabalho e alimentos.

Viver entre dois mundos, nos quais a tradição e a novidade constantemente se mesclam e entram em conflito, é, afinal, uma das experiências primárias da modernidade do Terceiro Mundo. É como se, disse ele, lhe tivessem dado uma lição rápida sobre os maticos e o tivessem mandado para a mata para defender-se. Poderia ele sobreviver facilmente?

Navarrete tornou-se um explorador, o matico que se aventurou mais longe no que Mami chama de "a selva dos brancos", a selva da civilização onde as pessoas jogam de acordo com regras diferentes e onde os recém-chegados podem facilmente perder-se entre outros pântanos e armadilhas que os esperam e os atraem.

Navarrete aprendeu espanhol com um missionário anglicano aos sete anos; mas somente quando chegou ao primeiro ano da escola secundária e estudou gramática — muitos anos mais tarde como adulto — compreendeu que o idioma matico, tal como o

idioma espanhol, deve ter certas regras de categorias. Desde então ele vem estudando sua própria língua, procurando descobrir suas leis internas.

Não se trata de uma busca intelectual isolada. Navarrete viu tribos em Salta que já não falam sua língua original. Na sua opinião, sempre que morre um velho, um universo de palavras e histórias desaparece com ele. Assim Navarrete planeja ensinar a língua às crianças matacos, como parte de seu currículo. Também está interessado em ajudar os promotores a aprender o idioma. Ele explicou pacientemente várias palavras que eu queria aprender mas, apesar de seu excelente espanhol, nossas tentativas freqüentemente fracassaram com a perda do uso adequado.

Entretanto, ele não pôde ensinar o mataco na escola, embora a lei especificamente recomende a educação bilíngüe. Um diretor anterior da escola permitiu-lhe que trabalhasse lá mas o administrador seguinte se opôs à sua presença, dizendo que não estava qualificado. (Quem, no entanto, está qualificado para certificar professores de mataco?)

O problema de Navarrete é sintomático. Para os matacos se tornarem auto-suficientes, a escola deve preparar as crianças para o futuro, enquanto os pais estão aprendendo nos campos e nos escritórios. Isso deve ser feito de uma forma que mostre respeito por sua cultura. Em vez disso, as crianças matacos não se sentem bem recebidas na escola. A taxa de desistência é incrivelmente alta.

Uma das filhas mais velhas de Navarrete, agora com 18 anos, teve de repetir o primeiro ano várias vezes e finalmente decidiu parar de perder seu tempo. É verdade que naquela época ela e o restante da família tiveram de migrar periodicamente para colher algodão. A situação parece ter melhorado. Vários matacos formaram-se na escola secundária — e agora trabalham na *Asociación Comunitaria*. São essenciais para o plano de Patricio Doyle de publicar a *revistita*. A filha de nove anos de Navarrete já completou três anos de escola primária sem repetir nenhum e entrará na secundária em alguns anos.

O que ele deseja que ela seja?

"Advogada", diz ele. "O que mais necessitamos são advogados que defendam nossos interesses."

Navarrete é angustiado, aberto e descrente. Está procurando construir pontes sobre rios que continuam a mudar o curso.

Foi o único mataco que não me pediu nada.

Passei vários dias em El Sauzalito sem conhecer

Diego Soneira. Ele estava na vila distante de El Espinillo, a cerca de 350 quilômetros através de El Impenetrable. Fui visitá-lo no meu último dia na região.

Encontrei-o quando tentava fazer funcionar um moinho de madeira. Tinha sido construído há dois anos atrás mas o empreiteiro fizera tudo errado e o moinho nunca funcionara. Numa conversa casual com as autoridades regionais, Soneira tinha mencionado que era lamentável que um tal potencial econômico fosse desperdiçado, quando a máquina podia ser consertada. Convidaram-no a tentar. O que os técnicos brancos não tinham conseguido nem mesmo proposto, Soneira ia fazer com os matacos. Afinal de contas, eles vinham operando há anos, com êxito, um moinho de madeira.

Se eu quisesse um símbolo para mostrar até onde tinham chegado os matacos, acabava de encontrá-lo. Em vez de receber ajuda, os operadores, carpinteiros e eletricitas matacos a estavam dando a outros, espalhando seu conhecimento em El Impenetrable. Neste caso, os outros eram os índios Toba, rivais dos matacos há séculos. De fato, alguns matacos de El Sauzalito — a quem um promotor jocosamente chama de *los rezongones*, os queixosos — me tinham dito antes de partir que Diego se sentia bem entre eles, que não se importava mais com os matacos.

Na realidade, o que Diego mais gostaria de fazer seria voltar para El Sauzalito. Ele trouxera sua esposa e os sete filhos porque se supunha que o trabalho estivesse terminado em alguns dias. Mas várias peças da máquina de que ele precisava para completar o trabalho chegaram com atraso e as autoridades não lhe deram certa assistência que tinham prometido. Alguns dias se transformaram numa semana. Os nove Soneiras, além dos cinco técnicos matacos, estavam dormindo numa casa de tijolos abandonada, cozinhando sobre uma fogueira no pátio. Não tinham água corrente e eram assaltados toda noite — exatamente às 8:05 — pelos mosquitos mais venenosos, persistentes e hostis que tinham encontrado. (E essa gente sabe muito sobre mosquitos.) Os mosquitos eram tão terríveis que, de fato, tinham obrigado os Soneiras a procurar refúgio toda noite em suas acomodações escaldantes — e mesmo assim tinham conseguido infiltrá-las, bastando olhar as paredes manchadas de sangue para acreditar.

E, no entanto, os Soneiras eram todos alegres e Diego era calmo, confiante, incansável. Talvez tives-

se sido melhor encontrá-lo aqui, como se estivesse em outra aventura, começando desde o início num lugar relativamente estranho. Talvez eu pudesse assim vislumbrar o que fora esse homem quando chegara a El Sauzalito há tantos anos. Não havia dúvida a respeito de sua força nem de seu magnetismo.

Notou que eu o observava e finalmente sorriu e disse: "Sei o que você vai me perguntar. Todos sempre me perguntam a mesma coisa. Você quer saber por que eu vim para cá e por que fico aqui?"

Era como se estivesse lendo meus pensamentos. Assim, perguntei-lhe algo diferente quando finalmente nos sentamos. Fiz duas perguntas: quanto tempo ele pensava que duraria esta experiência? E quando saberia que tinha tido êxito?

Disse que não sabia responder a primeira pergunta mas talvez tenha respondido com a segunda.

"Terei êxito quando não precisarem mais de mim", disse Diego.

E partiu, numa caminhada de 300 quilômetros em estrada de terra, à procura das peças sobressalientes que faltavam.

Um dia em El Sauzalito, debaixo de um sol escaldante do meio-dia, aventurei-me um pouco no monte.

Não fui sozinho. Minha idéia era ser guiado por um mataco. Eu queria experimentar o que seria estar submerso num hábitat em que ele fosse o senhor, onde seu sentido do olfato, seus ouvidos que percebem o mais leve movimento de uma folha, sua visão e percepção extraordinárias o tornariam superior a mim. Eu queria estar num lugar em que todo o meu conhecimento e habilidade fossem inúteis, onde sua cultura reinasse e a minha estivesse deslocada. De certa forma, eu queria experimentar o que os matacos devem ter sentido todos os momentos em que confrontavam os brancos, a civilização ocidental: estar perdido, deslocado, indefeso.

Não estive em El Sauzalito o tempo suficiente para fazer tal viagem nem conquistei confiança suficiente de um mataco para levar-me numa de suas freqüentes expedições de caça.

Contentei-me com uma segunda alternativa artificial. Mami chamou dois meninos matacos — de 8 e 11 anos — para guiar-me numa área ainda selvagem perto do Rio Bermejo, onde termina a aldeia.

Não estou certo se compreenderam exatamente

o que eu queria mas me levaram na direção do rio e, momentaneamente, convenci-me de que estava prestes a ter a experiência desejada. Deslizavam descalços num labirinto de vegetação rasteira, movimentando-se através das moitas e dos bandos amedrontadores de borboletas azul-pálidas, incompreensivelmente capazes de encontrar o caminho naquela vegetação emaranhada.

Se não fossem esses meninos, pensei, eu estaria perdido. Naturalmente, era um jogo que eu fazia comigo mesmo. Eu sabia que a cidade estava perto e que eu não estava em nenhum perigo real de perder-me. Quase como resposta, houve repentinamente um barulho na mata e eu percebi algo enorme lançando-se em nossa direção. Mas não surgiu nenhum animal selvagem. Era simplesmente um porco, um dos poucos que permaneceram de uma experiência fracassada de criação de suínos. Cruzou resfolegante nosso caminho. Perguntei-me o que os dois meninos matacos teriam pensado dessa expedição. Mas não responderam a nenhuma de minhas perguntas — simplesmente um balançar de cabeça uma vez por outra, uma pausa para ver se eu os estava seguindo.

Quando chegamos ao rio, decidiram voltar por outro caminho e perderam-se. Várias vezes chegamos a uma cunha de canas, ervas silvestres e vinhas que não nos deixavam passar. E mais alguns metros e tínhamos que começar novamente. Finalmente, conseguiram encontrar o caminho do rio, retraçaram seus passos até um caminho conhecido e conseguiram trazer-me de volta, são e salvo.

Qual o sentido dessa experiência?

Devo enfatizar o andar seguro dos meninos, os movimentos rápidos no início da excursão, demonstrando como as crianças matacos ainda estão familiarizadas com a floresta e, de certa forma, continuarão as tradições de seus antepassados? Ou é mais significativa a segunda fase, quando perderam o sentido de direção e a mata lhes parecia estranha como nunca o fora a seus antepassados quando eram crianças?

Ou havia qualquer significado nessa breve exploração? Sua conduta não estaria deformada pela minha própria presença, pela necessidade de agradar-me, por sua necessidade de interpretar meus desejos um tanto sofisticados e enigmáticos?

Eu não saberia dizer. Eu teria de ser mataco.

Eu teria de ser mataco para saber exatamente para onde caminhavam os dois meninos.

ARIEL DORFMAN é romancista, jornalista e poeta cujo livros foram traduzidos para mais de vinte idiomas. Sua obra

mais recente inclui o romance *Viudas y La Última Canción de Manuel Sendero*, e um livro de poemas, *Pastel de Choclo* (A Última Valsa em Santiago). Seu último romance *Máscaras*, foi publicado em inglês em outubro de 1988. É também colaborador frequente do *New York Times*, *Village Voice*, *Los Angeles Times*, *The Nation*, *Le Monde* e *El País*. Ensina literatura e estudos latino-americanos na *Duke University*.

O desenvolvimento de base e os índios do Chaco argentino

Em maio de 1987, a Câmara de Deputados da Província de Chaco passou a *Lei Del Aborigen Chaqueño* (Lei dos Índios Chacos), um marco legislativo para os 20 000 Toba, Mocovís e maticos do nordeste argentino. Quando os legisladores concluíram seu trabalho, centenas de índios tobas, maticos e mocovís aplaudiram nas ruas. A nova lei não somente estabelece um precedente para a Província Chaco mas também representa parte de uma nova fase histórica no tratamento dos índios na Argentina, país que, como a maioria das nações americanas, foi marcado por uma combinação de negligência, brutalidade e exploração.

Entre outras coisas, a nova lei concede aos povos indígenas acesso livre à terra, direito à educação bilíngüe e bicultural e acesso aos serviços sanitários preventivos e curativos. Determina o melhoramento da habitação e estabelece registros civis para os índios, que frequentemente não têm documentação. A lei também cria o novo *Instituto del Indio del Chaco*, para substituir a *Dirección del Aborigen* ou Ministério de Assuntos Indígenas, que em grande parte se limitou a proporcionar crédito e equipamento para o cultivo do algodão. O novo instituto oferecerá uma ampla série de serviços e, o que é mais importante, será governado por um conselho constituído de dois Tobas, dois maticos e dois Mocovís, com um presidente nomeado pelas comunidades indígenas e indicado pelo Governador da Província Chaco. Pela primeira vez, os índios dessa região poderão assumir oficialmente a responsabilidade por sua própria administração.

Desde 1981, a Fundação Interamericana — em estreita colaboração com organizações privadas como a *Asociación Promotores Chaco* (APCH), descrita por Ariel Dorfman, e órgãos governamentais como a *Dirección del Aborigen* — vem ajudando a abrir o caminho para essa transição, proporcionando recursos de forma que as comunidades indígenas do Chaco possam realizar projetos para melhorar sua base econômica e administrar melhor seus próprios assuntos.

Conforme menciona Dorfman, os esforços da APCH para ajudar os maticos a fazerem a transição de uma combinação precária de trabalho assalariado migrante e caça e coleta para uma vida mais segura começaram a produzir resultados. Diversas abordagens foram experimentadas a fim de permitir que os maticos permaneçam em casa e trabalhem, redefinindo ao mesmo tempo por si mesmos o que "casa" e "trabalho" significam. A aldeia de El Sauzalito, que recentemente elegeu seu primeiro prefeito matico e o primeiro prefeito indígena de toda a Argentina, é agora uma comunidade em crescimento de 2 500 habitantes. Há 44 campos irrigados, 22 dos quais se estendem de um a outro lado da aldeia ao longo do Rio Teuco. Cada lote alimenta duas famílias num total de 140 hectares arados. Pessoas a quem a agricultura era quase totalmente estranha há 15 anos, plantam agora avidamente algodão e legumes e criam galinhas.

Mas o trabalho da APCH não se limita a El Sauzalito e aos maticos. Nas pequenas aldeias de El Tartagal, El Sauzal e Wichi-El Pintado, iniciou-se a agricultura irrigada, usando El Sauzalito como modelo. Em El Sauzalito e em outras comunidades, os índios estão agora dirigindo serrarias e oficinas de carpintaria, cozinham tijolos em fornalhas e plantam árvores cítricas, com assistência organizacional e técnica da APCH.

Recentemente a APCH propôs à Fundação Interamericana um novo projeto que não somente consolidaria e aproveitaria o trabalho anterior promovendo a agricultura irrigada e serriarias em outras comunidades indígenas, mas também apoiaria o trabalho com as mulheres matacos e com grupos não indígenas de trabalhadores nativos e criadores de gado em pequena escala. Os pecuaristas, cujos antepassados foram expulsos da província vizinha de Salta pela expansão do cultivo da cana-de-açúcar no fim do século, enfrentam o mesmo problema de uma base de recursos em declínio como os matacos. A tradição de relações de exploração entre os nativos e os matacos está sendo gradualmente superada à medida que os nativos percebem o que os matacos obtiveram por meio da organização. Por exemplo, uma associação comunitária de El Impenetrable tem um presidente mataco, embora a maioria dos sócios sejam nativos, ao passo que outra associação comunitária, em sua maioria constituída de matacos, tem um presidente nativo casado com uma mataco. O novo projeto possibilitará a APCH trabalhar com os nativos para modernizar as técnicas de criação de gado e introduzir a agricultura de irrigação. A APCH também empreenderá uma nova atividade com as mulheres matacos (tentativas anteriores de desenvolver o artesanato fracassaram) de plantação e secagem de legumes para a venda a fábricas de processamento.

Nas regiões ecologicamente hospitalares da parte central e sul do Chaco a Fundação Interamericana trabalhou em estreita colaboração com a *Dirección del Aborigen* no nível provincial e com Carlos Benedetto, seu presidente desde 1984, recentemente nomeado presidente do novo Instituto de Assuntos Indígenas, criado pela Câmara de Deputados. De 1983 a 1986, a Fundação Interamericana financiou atividades de preparação da terra e a compra de tratores para aumentar a produção agrícola de quatro comunidades dos índios Tobas – La Matanza, Pozo del Toro, Raíz Chaqueña e El Conchón – e de uma comunidade dos índios Mocovís – Las Tolderías. Embora diversas dessas comunidades tenham sido colonizadas há décadas, a falta de capital e de capacidade técnica obrigou os pequenos lotes a manterem sua improdutividade e tornou o trabalho migrante um imperativo econômico.

A Província Chaco tem a tradição de um cultivo de algodão altamente mecanizado e a própria *Dirección* teve experiência anterior na compra e introdução de maquinaria agrícola mas um estudo externo foi ambivalente no tocante à proposta para compra de tratores e somente com relutância foram incluídos no acordo de subvenção com a Fundação Interamericana. Apesar de problemas na formação de fundos de manutenção para os tratores e da compreensão insuficiente dos princípios dos fundos rotativos de crédito (em parte devido à tradição de subsídios governamentais), as associações de comunidades indígenas foram dinamizadas pela nova subvenção. O que tornou o esforço da Fundação Interamericana diferente de esforços anteriores foi a insistência numa participação ampla da comunidade no processo de decisão a respeito da administração de tratores, oferecendo a muitas pessoas a primeira oportunidade de ajudar a administrar um ativo apreciável. Em maio de 1988, a Fundação Interamericana refinanciou quatro das cinco comunidades, com ênfase maior no treinamento em aptidões vocacionais, administrativas e contábeis. As subvenções também permitiram a preparação de mais terra arável, construção de cercas para proteger as reivindicações da terra e impedir a entrada de animais em busca de alimentos, oficinas de consertos para manutenção de tratores e, na comunidade de Raíz Chaqueña, uma experiência com a criação de cabras e espécies de milho seco para reduzir a dependência do algodão. O refinanciamento indica que a Fundação reconhece que o subdesenvolvimento não é superado por uma subvenção de três anos e que as instituições tanto privadas como públicas são sócios indispensáveis no processo de desenvolvimento.

— David Bray

INTERNALIZAÇÃO DA CRISE DO ALGODÃO

Organização de Pequenos Agricultores no Leste do Paraguai

David Bray e Dionisio Borda

DURANTE SÉCULOS, a área ao longo da fronteira entre o Paraguai e o Brasil foi praticamente uma vasta floresta virgem, resplandecente com árvores *lapacho*, altas e floridas, bem como pássaros exóticos e mamíferos. Em meados da década de 60, contudo, uma estrada pavimentada cortou a floresta densa e semitropical, cruzando rios largos para ligar Foz do Iguaçu a Assunção, e deu início à luta pela terra nos departamentos de Alto Paraná e Canendiyú no leste do Paraguai. De um punhado de madeireiros, colhedores da folha de chá-mate e pequenos grupos de índios mbyá, guayakí e chiripá, a população multiplicou-se quase oito vezes nas duas décadas seguintes, à medida que brasileiros e paraguaios avançaram em surtos, atraídos por uma oferta abundante de terra barata e pela perspectiva de encontrar trabalho num dos maiores projetos de obras públicas do mundo: a Represa de Itaipu.

Em meados da década de 80, o período de expansão havia terminado. Vastas áreas da floresta tinham sido transformadas em terra arável, cravadas com tocos enegrecidos e a última região subdesenvolvida de um país tradicionalmente afligido por solos depauperados estava em perigo de ficar esgotada. Com a mecanização de grandes fazendas agroindustriais e com o término da construção, à

medida que Itaipu era concluída, a demanda de trabalho diário declinou abruptamente. Paraguaio e brasileiros pobres enfrentaram igualmente a perspectiva difícil de permanecer para arrancar a sobrevivência de pequenos lotes de terra arável ou de se mudar. Muitos brasileiros retornaram a seu país. Os paraguaio que não migraram para a Argentina a fim de trabalhar nas plantações de chá-mate voltaram-se instintivamente para o algodão, recriando e ampliando o sistema de monocultura que originalmente tinha forçado tantos deles a deixar suas fazendas na região central do Paraguai e ir para as florestas do Alto Paraná, em busca de vida melhor.

Entretanto, recentemente alguns desses agricultores começaram a procurar alternativas. Em 1981, alguns deles começaram a trabalhar com o *Programa de Ayuda Cristiana* (PAC) para lançar os fundamentos da primeira organização autônoma de camponeses do leste do Paraguai, a *Asociación de Agricultores de Alto Paraná* (ASAGRAPA). Simultaneamente, em outras partes do Paraguai procurou-se ajudar os pequenos agricultores a aumentar a produção de alimentos, a fim de romperem a escravidão da dívida com os intermediários e organizar-se para aumentar a renda familiar, vendendo seu algodão a granel. Este artigo descreve como o PAC e a ASAGRAPA

chegaram à conclusão de que o algodão em si mesmo era um hábito que somente poderia ser curado inventando-se novos mercados que transformassem a produção de subsistência em cultivos comerciais.

CONFLUÊNCIA DE DUAS CORRENTES: O NASCIMENTO DO PAC

As forças sociais que levaram os pequenos agricultores ao Alto Paraná tiveram suas origens na região central do Paraguai, a oeste, e nos estados brasileiros do Paraná e Rio Grande do Sul, ao leste. A população do Paraguai tinha sido dizimada pela Guerra da Tríplice Aliança (1864-70) e foi necessário quase um século para começar a escassear-se a terra ao longo das bordas das grandes estâncias de gado nos departamentos Central, Cordillera e Paraguari. O limiar foi ultrapassado no fim da década de 60, quando o aumento de população, juntamente com o declínio da fertilidade do solo decorrente do cultivo de tabaco e algodão, forçou grande número de pequenos agricultores a unir-se à "Marcha para o Leste", esforço nacional de colonização para explorar as florestas ao leste do Paraguai.

Nesse ínterim, do outro lado da fronteira no Brasil, os altos preços mundiais tinham elevado ao trono a "Rainha Soja". As agroempresas de capital intensivo expandiam-se rapidamente, esmagando os pequenos agricultores que continuavam a caminhar para o oeste e formando a vanguarda da famosa "fronteira móvel" do Brasil.

As duas correntes de imigrantes encontraram-se, mesclaram-se e com certa frequência entraram em conflito no Alto Paraná, trazendo consigo técnicas e tradições agrícolas muito diferentes. Os paraguaios não tinham capital, tinham famílias ampliadas numerosas e plantavam algodão como cultivo comercial. Os brasileiros dividiam-se em duas correntes. A primeira era constituída de agricultores atraídos por extensas campanhas de promoção, lançadas pelos incorporadores de terra, que tinham vendido as suas fazendas no Brasil por dinheiro suficiente para comprar grandes fazendas no Paraguai, ficando ainda com o suficiente para um trator e uma colhedora. A segunda corrente, muito mais pobre, era composta de lavradores e meeiros. A formação de famílias agrícolas brasileiras, de capital intensivo, segundo o modelo norte-americano, foi em breve seguida da chegada de agroempresas transnacionais de soja, criando uma estrutura de classe rural alta-

mente desequilibrada.

Superimpondo-se a essa estrutura havia um mosaico de línguas e culturas que intensificava as tensões econômicas. A maioria dos paraguaios falava guarani, língua ameríndia, e tinha conhecimento apenas superficial do espanhol. A maioria dos brasileiros falava português e muitos deles, descendentes de alemães, ainda falavam alemão em casa. Embora começasse a surgir entre os brasileiros uma mistura de português e espanhol — *portuñol* — como língua de negócios no Paraguai, a maioria dos paraguaios não se adaptava melhor a essa língua híbrida do que ao espanhol.

No fim da década de 70, a população do departamento dividia-se quase igualmente entre paraguaios e brasileiros e tornou-se evidente que qualquer esforço para ajudar as pessoas carentes teria de superar essa divisão. Em 1979, a Diocese Católica do Alto Paraná uniu-se à Igreja Evangélica Luterana do Rio da Prata na contratação de uma pesquisa para avaliar as necessidades e recomendar soluções. Dois anos mais tarde, ambas as igrejas uniram forças para estabelecer o *Programa de Ayuda Cristiana (PAC)*, a fim de promover uma organização binacional de pequenos agricultores e camponeses sem terra capaz de ajudar a registrar títulos, conseguir acesso ao crédito e mercados e incentivar o respeito pelas tradições culturais diversas. O financiamento veio de diversas fontes, inclusive *Stichting Interkerkelijke Coördinatie Commissie Ontwikkelingsprojecten (ICCO)* da Holanda, *Brot Für Die Welt* e *MISEREOR* da Alemanha, *Catholic Relief Services (CRS)* e Fundação Interamericana.

A base do plano de ação do PAC foi um método introduzido pelo *Centro Paraguayo de Cooperativistas (CPC)* em outras áreas do país (ver artigos do Richard Reed e Kenneth Jameson em *Desenvolvimento de Base*, Vol. 9, Nº 2). Segundo o CPC, para enfrentar a "dissolução da sociedade camponesa", que se seguiu à expansão das agroempresas orientadas para a exportação na década de 70, era necessário organizar os camponeses em pequenos grupos a fim de revitalizar a produção de subsistência e, a seguir, unir esses grupos numa rede regional para vender suas colheitas. Incentivou-se os pequenos agricultores a formarem comitês que funcionariam como grupos de solidariedade para pagar os empréstimos feitos em conjunto. Os comitês receberiam treinamento intensivo na diversificação de cultivos a fim de melhorar a dieta familiar. Os armazéns de venda ao público estocariam materiais agrícolas e

gêneros de primeira necessidade para manter o preço baixo e reduzir a dependência dos intermediários. Seriam plantadas hortas comunitárias, a fim de capitalizar os comitês e proporcionar renda aos projetos da aldeia. À medida que os comitês se solidificassem e oferecessem base segura para a auto-suficiência domiciliar, seriam unidos numa organização regional com vistas a melhorar os serviços e aumentar a renda por meio da comercialização a granel dos cultivos comerciais, principalmente do algodão.

Implementar qualquer parte do modelo do CPC não era empreendimento fácil numa região etnicamente dividida, onde os padrões de assentamento permaneciam fluidos, em virtude da abertura constante de novas terras. Participando de um esforço de colonização patrocinado pelo *Instituto de Bienestar Rural* do governo, comprando propriedade de um incorporador ou sendo parte de uma invasão espontânea de terra inutilizada, os pequenos agricultores brasileiros e paraguaios do Alto Paraná freqüentemente tinham um elemento em comum: dificuldade em defender suas reivindicações em disputas de terra. A divisão jurídica do PAC oferecia assessoramento e assistência no registro de escrituras e na proteção de direitos garantidos pela lei paraguaia. O fato de ter ajudado 3 000 pequenos agricultores a receberem indenização por terra perdida em virtude do alagamento da Represa Itaipu, o PAC rapidamente conquistou a reputação de eficiência e integridade, garantindo a seus agrônomos e promotores organizacionais boa recepção nas comunidades camponesas. Entretanto, essa audiência não seria inteiramente receptível à mensagem do PAC.

ROMPIMENTO DO CICLO DO ALGODÃO E SURGIMENTO DA ASAGRAPA

Os pequenos agricultores paraguaios iniciaram a plantação de algodão em larga escala no fim da década de 60, quando começaram a substituir o fumo como primeira alternativa ao cultivo comercial. A produção anual explodiu de 1967 a 1986 de 26 700 para 343 200 toneladas métricas. Esse cultivo adaptava-se bem à agricultura de pequena escala e oferecia, momentaneamente, a promessa de lucros maiores do que os do fumo. Mas, nos últimos anos, os preços em declínio do algodão e os preços crescentes de materiais agrícolas encurralaram os pequenos agricultores num círculo impiedoso. A fim de pagar os inseticidas e fertilizantes cada vez mais caros, ne-

cessários para a plantação do algodão, os agricultores hipotecaram sua colheita antecipadamente aos intermediários, freqüentemente em termos desfavoráveis. Para livrar-se da dívida, plantaram mais algodão, reduzindo a área disponível para os cultivos de subsistência. A escassez desses cultivos obrigou-os a procurar trabalho por dia a fim de ganhar dinheiro para comprar comida. O trabalho por dia, por sua vez, reduziu o tempo disponível para plantar os cultivos de subsistência e comerciais e deles cuidar. Esse ciclo atingia seu ponto mais crucial todo ano de outubro a dezembro — venerado na sabedoria popular como *Karaí Octubre* ou o Senhor Outubro, o mês mais cruel — quando o dinheiro da última colheita de algodão já tinha sido gasto e as primeiras colheitas de subsistência ainda não tinham chegado.

Durante três anos a equipe do PAC, com 10 promotores e agrônomos, procurou persuadir os pequenos agricultores que a calamidade do *Karaí Octubre* não era um desastre natural, como a seca, mas uma escassez causada pelo homem e que podia ser impedida. Ofereceram acesso ao crédito, de forma que os camponeses pudessem concentrar-se em seus campos sem ter de migrar em busca de trabalho por dia. Pregaram a importância de plantar cultivos de inverno em julho e agosto, de criar pequenos animais e começar indústrias domésticas a fim de diversificar a produção e regularizar o fluxo de alimento e dinheiro durante todo o ano. Acima de tudo, ressaltaram a importância de estabelecer uma base segura de subsistência.

Entretanto, foram os próprios pequenos agricultores que forçaram o PAC a subsidiar o algodão. Muitos camponeses já cultivavam o algodão havia 20 anos e trouxeram consigo essa técnica para o Alto Paraná. Plantavam a maior parte de seus alimentos mas também reconheciam que esses cultivos não proporcionavam o dinheiro para comprar as necessidades básicas, tais como óleo de cozinha, açúcar e roupa. Por outro lado, o PAC não tinha mercados prontos para oferecer, capazes de justificar os riscos que os produtores marginalizados enfrentam na mudança para cultivos alternativos. De 1981 a 1984, o PAC proporcionou crédito quase exclusivamente para a plantação de algodão, ao menos para ter com quem trabalhar. A ênfase da entidade mudou, gradual mas inequivocamente, dando mais auto-suficiência aos domicílios e organizando a comercialização do algodão.

Em fevereiro de 1984, representantes de 40

comitês reuniram-se na sede do PAC em Hernandarias e fundaram a *Asociación de Agricultores de Alto Paraná*, a fim de examinar como os cronogramas de produção local poderiam ser coordenados para vender o algodão em conjunto, diretamente a um comprador. A ASAGRAPA bem depressa percebeu que o algodão era tão destrutivo para uma organização regional de pequenos agricultores como o era para a economia domiciliar. Primeiro, a necessidade de agroquímicos importados tornava o cultivo do algodão extremamente caro. Quando os dirigentes eleitos da ASAGRAPA se reuniram em novembro para considerar pedidos de empréstimos e planos de produção apresentados pelos comitês sócios, descobriu-se que o algodão era responsável por 90% dos pedidos de dinheiro mas somente por 31% da terra a ser plantada. E depois de contados todos os pedidos de empréstimo, o fundo rotativo de crédito do PAC cobria apenas um oitavo desse número. Isso não somente levantou a questão potencialmente divisória sobre o modo de distribuir recursos escassos, mas também forçou a ASAGRAPA a examinar mais profundamente a questão de quem eram os proprietários desses recursos.

Friedhelm Westermann, pastor luterano atualmente coordenador geral do PAC, disse recentemente sobre esse período crítico: "No início estávamos agüentando, procurando iniciar o programa. Não se fez trabalho educacional de preparação antes de dar o crédito, não houve conscientização. Os empréstimos foram feitos como se fôssemos uma cooperativa ou um banco mas as pessoas sabiam que o dinheiro vinha de uma instituição externa. Em breve houve comentários, as pessoas diziam umas às outras: 'Você pode usar todo esse dinheiro. Vem dos estrangeiros e é para o povo — nós! Não se precisa pagar.' E daí começaram a não pagar mais."

Embora 347 famílias estivessem organizadas em 58 comitês em 1985, muitos dos grupos careciam de solidariedade. Quando uma colônia se tornava demasiadamente povoada, os camponeses com frequência passavam para uma terra recentemente aberta. Os comitês eram dissolvidos e os sócios saíam sem pagar suas dívidas.

A ASAGRAPA esperava que a venda conjunta do algodão gerasse renda e que o novo sistema convencesse os agricultores de que o crédito era um recurso renovável merecedor de proteção. Negociações com uma grande empresa descaroçadeira de algodão produziu um acordo para a concessão de empréstimos, inseticidas, fertilizantes e equipamento

para pôr o sistema em andamento. Entretanto, quando a empresa não entregou a tempo o que havia prometido, os comitês locais começaram a pôr em dúvida a sua liderança regional. Na época da colheita, uma ASAGRAPA em dificuldades não pôde entregar todo o algodão conforme seus compromissos e os sacos que haviam sido emprestados aos agricultores pela empresa descaroçadeira para embalagem da colheita não foram devolvidos. Apesar de ter vendido 500 hectares, a ASAGRAPA perdeu dinheiro. Uma contabilidade deficiente dificultou a identificação da responsabilidade, aumentando as tensões entre os sócios.

Os dirigentes da ASAGRAPA começaram a reunir-se semanalmente para deslindar essas dificuldades e restaurar as relações com a empresa descaroçadeira. Todavia, quando essas reuniões nada conseguiram, deixando os sócios exaustos e frustrados, tornou-se evidente que procurar produzir e vender algodão ameaçava desfazer a organização antes mesmo de tornar-se uma entidade coesa. O PAC, que estava custeando as despesas das reuniões, assinalou que o impasse consumia tanto tempo como dinheiro. Era preciso fazer alguma coisa.



Um dos promotores dos pequenos agricultores, que agora trabalha para a ASAGRAPA, viu nesse beco sem saída a linha divisória da organização regional. "A ASAGRAPA realmente se encontrou graças a essa experiência com o algodão. Quando os sócios plantaram todos aqueles hectares, venderam-nos juntos, tiveram perdas consideráveis e ficaram sem alimento ou dinheiro, a única saída era voltar-se para o auto-suprimento e vender os excedentes." Ou seja, a ASAGRAPA teve de sofrer as contradições de plantar e vender o algodão antes de poder retornar à prioridade original da subsistência que o PAC tinha tentado implementar sem êxito. Nova era a idéia de transformar os cultivos de subsistência em cultivos comerciais.

No fim do ciclo agrícola de 1985-86, a ASAGRAPA tomara a decisão inflexível de abandonar inteiramente o financiamento do algodão em favor de cultivos tradicionais de alimentos. Essa decisão representou um consenso formado pelos dirigentes da ASAGRAPA e por uma equipe de promotores do PAC. As consultas com os comitês locais eram irregulares e a nova política encontrou dificuldades por permanecerem desalentadoramente baixos os pagamentos dos empréstimos.

Em 1986-87, a política de crédito foi ainda mais restringida. Os empréstimos eram dados somente para hortas comunitárias, geralmente num lote doado por um sócio. Cada grupo participante cultivava sua horta em conjunto, distribuindo-se os lucros do milho, amendoim e de outros cultivos igualmente entre os sócios ativos ou usando-os para capitalizar o próprio comitê. Os agrônomos do PAC trabalharam com os comitês a fim de transformar as hortas em minilaboratórios, onde os pequenos agricultores pudessem fazer experiências com interculturas, aprender lições que poderiam ser aplicadas a seus próprios campos com vistas a preservar a fertilidade do solo, maximizando ao mesmo tempo a produção.

No ano agrícola mais recente, a ASAGRAPA liberalizou cautelosamente suas políticas de crédito, a fim de financiar uma série mais ampla de atividades. Os comitês estão agora começando apiários para produzir mel, abrindo reservatórios para criar peixes e construindo viveiros para criar coelhos. Os empréstimos também estão sendo canalizados para expandir uma rede de lojas com vistas a reduzir o custo de gêneros de primeira necessidade, comprar equipamento de processamento e estabelecer mercados distribuidores para melhorar a comerciali-

zação dos cultivos tradicionais de alimentos.

A nova ênfase em incentivar os sócios a plantarem mais milho, feijão, chá-mate e outros alimentos está gradualmente produzindo resultados. Isidoro Rivas, de 60 anos e pai de 13 filhos, oferece um exemplo vívido de como as coisas estão começando a mudar. Nasceu e foi criado em Paraguarí, na região central do Paraguai, foi para uma nova colônia em Caaguazú em busca de solos mais ricos e finalmente terminou sua "marcha pessoal para o leste" em 1981 quando chegou ao Alto Paraná. Trouxe consigo não somente vários filhos adultos e suas famílias mas também a tradição de plantar algodão.

Ao visitar sua casa num domingo em novembro do ano passado, encontramos-no no meio de uma roda de filhos, netos e outros parentes. Quando perguntamos sobre seu campo de algodão *don* Rivas levou-nos ao barracão ligado a sua casa. Mostrando os 18 sacos volumosos de amendoim, milho e arroz amontoados dentro, explicou por que não plantava mais algodão. "Antes, nessa época do fim do ano, o arroz e o milho já tinham desaparecido. Tudo o que tínhamos depois de vender a colheita do algodão era suficiente para comprar algumas roupas. Tínhamos o suficiente para ir vivendo mas agora há comida em abundância."

No ano passado, Isidoro vendeu sua produção excedente por meio da ASAGRAPA, 200 quilos de amendoim descascado, 500 quilos com casca e 300 quilos de milho. Agora pode levar seu arroz a um moinho que a ASAGRAPA recentemente abriu em Hernandarias, subúrbio da Cidade Presidente Stroessner, a duas horas de ônibus, e lá processá-lo por cerca de um centavo o quilo. Olhando o meio hectare que plantou com arroz, calcula que produzirá cerca de 1 000 quilos, o suficiente para alimentar sua família ampliada, ficando ainda com um excedente. Observa também que os lucros não serão engolidos por fertilizantes e inseticidas caros, exigidos pelo algodão.

O filho de Isidoro, Tomás, de 27 anos, trabalha como promotor para a ASAGRAPA. Observa que os membros dos comitês de sua zona estão começando a mudar significativamente seus padrões de cultivo, citando estimativas que mostram que o cultivo do algodão caiu de 97% da terra arada para cerca de 25%. Quando conversávamos na casa de seu pai, apinhada de gente, falou de um vizinho que recentemente plantou algodão em toda a sua terra. Balançando a cabeça, disse tranqüilamente: "Esse homem não terá nada depois de terminada a sua colheita."

PROCURANDO UM LUGAR NO MERCADO

Para pequenos agricultores como Isidoro, Tomás e seus vizinhos, a comercialização é a chave da mudança de sua sorte. Tradicionalmente, vêem-se encerrados na monocultura, porque as redes rurais de comercialização de alimentos nunca existiram ou eram subdesenvolvidas. Como primeiro passo para sair do algodão, a ASAGRAPA comprou maquinaria para um moinho de cereais de Herandarias e abriu uma barraca no mercado da Cidade Presidente Stroessner, a segunda maior do Paraguai, situada apenas a alguns quilômetros da Represa de Itaipu.

Quando a barraca do mercado abriu em março de 1986, a atividade concentrava-se na venda por atacado de grandes sacos de arroz, amendoim e chá-mate. A seção de vendas da ASAGRAPA, recentemente reorganizada, fez várias vendas aos varejistas nos primeiros seis meses, ganhando pouco dinheiro mas lentamente aprendendo o funcionamento do mercado. As boas práticas comerciais foram dominadas da maneira mais difícil: superando erros. Após o período de reorganização drástica de controles contábeis relaxados, dinheiro perdido e recriminações amargas, a ASAGRAPA pôs em dia sua contabilidade e decidiu vender a varejo, que dá margens maiores de lucro.

Compreendendo que a concorrência era mais acirrada nesse nível e exigia uma apresentação mais atraente, a ASAGRAPA contratou os serviços de uma empresa brasileira para fabricar a embalagem de varejo de seus produtos. Em todo saco plástico estava gravado em Guarani o novo slogan da ASAGRAPA — *Ore Kokue Pe Guaré Hi'Upyra* — cuja tradução aproximada é a seguinte: "De nossos campos para sua mesa". A fim de garantir um abastecimento adequado de produtos de qualidade, foram investidos outros US\$3 500 em equipamento adicional para uma instalação de processamento em Herandarias e US\$8 000 para ampliar e melhorar a barraca do mercado.

Até agora os lucros têm sido modestos — atingindo um máximo de US\$40 por dia no início e no fim do mês e caindo para a metade desse montante nos outros dias. A força motriz deste ciclo é a Represa de Itaipu, que ainda emprega a maior parte da força de trabalho local e paga salários mensalmente. O pessoal da ASAGRAPA demorou a notar esse ritmo e ajustar a ele as compras de legumes perecíveis.

Os encarregados de compras também tiveram de aprender os gostos locais. Durante um mês, logo depois da abertura do mercado, a ASAGRAPA comprou grandes quantidades de abobrinha, porque os comitês a tinham plantado. Entretanto, o mercado varejista desse legume era fraco e quando as abobrinhas não apodreciam ficavam à longa espera de quem as comprasse. Aprendeu-se a mesma lição com o *locro*, uma espécie de milho branco consumido amplamente no interior mas que não teve boa aceitação na cidade. Por outro lado, a ervilha vendeu rapidamente — comunicou-se então os sócios para plantar mais ervilhas e menos milho branco.

A participação nesse circuito de informação causou a maior surpresa aos pequenos agricultores da ASAGRAPA. O preço do algodão, emaranhado numa densa rede de intermediários e de controles nacionais do câmbio, parecia não ter outra lógica senão o capricho de seus corretores. Assim se expressa Reinaldo Martínez, atual gerente da barraca do mercado: "Antes, nossos sócios não sabiam nada de mercado; não tinham a mínima idéia de suas implicações."

Mas ao virem à Cidade Presidente Stroessner para trazer os legumes de seus comitês ou ao passarem pela barraca quando estavam na cidade por outro motivo, começaram a observar o regateio dos fregueses, que ignoravam alguns itens e procuravam preço mais baixo para outros. Pela primeira vez, os pequenos agricultores estavam em contato direto com o mercado, aprendendo sua língua e começando a compreender por que a ASAGRAPA podia pagar um preço por seu cereal e legumes e não outro. Podiam agora ajustar sua produção de uma forma muito mais dinâmica do que jamais tinham sonhado.

Entretanto, a transformação de pequenos agricultores em empresários de mercado exige aptidões difíceis de adquirir e uma mudança de perspectiva. Numa recente visita à barraca do mercado, observamos um empregado camponês que procurava fazer o balanço do dia, apertando cuidadosamente as teclas de uma calculadora enquanto murmurava para si mesmo: "trabalhar com esta ferramenta é mais difícil do que com uma pá".

De fato, Eduardo Vera, contador do PAC, diz que foram necessários meses para treinar os pequenos agricultores em conhecimentos básicos de contabilidade. A tarefa foi difícil porque a própria idéia de documentar todas as trocas comerciais é estranha a uma cultura rural onde a palavra de uma pessoa é a sua garantia e um recibo é visto como sinal de des-

confiança. Além disso, somente uma pequena camada de agricultores tem conhecimentos básicos de leitura, escrita e aritmética para manter registros. Mas os longos meses de trabalho começaram a produzir resultados. Agora a ASAGRAPA maneja todas as contas diárias e o PAC somente presta assistência no balanço mensal.

Nos últimos meses os negócios têm sido intensos. Além de aperfeiçoar a operação de vendas a varejo, estão sendo formulados planos para abastecer as lojas e supermercados de Cidade Presidente Stroessner. Conforme assinala com orgulho o gerente da barraca do mercado, eles conquistaram o direito de piso no mercado. Reconhecendo suas realizações, a Fundação Interamericana recentemente aprovou a primeira subvenção diretamente concedida à ASAGRAPA por um doador estrangeiro, refletindo sua maturidade como organização de pequenos agricultores. Essa subvenção será usada para comprar um caminhão, a fim de transportar os produtos do campo para o moinho e para a loja, instalar equipamento adicional de processamento e conseguir assistência técnica para melhorar as vendas.

FRAGMENTAÇÃO E UNIFICAÇÃO

Embora a ASAGRAPA tenha sido fundada no início de 1984, tornou-se formalmente independente do PAC só em outubro de 1986. Muitas instituições de apoio de base da América Latina esforçam-se por criar organizações autônomas de pequenos agricultores mas atingir essa meta é um processo longo que freqüentemente se estende além das declarações formais de independência. O promotor Miguel Lezcano, do PAC, chamou esse período transitório de "crise da independência".

Algumas organizações de pequenos agricultores defendem a autonomia em termos absolutos, crendo que não necessitam de nenhuma assistência externa, fechando-se em si mesmas. Em outros casos, as organizações de apoio continuam a ser as "eminências pardas", incentivando o que paradoxalmente se pode chamar de "autonomia dependente". O PAC e a ASAGRAPA oscilaram tensamente entre esses extremos durante quase um ano, antes e depois da independência formal, procurando formular um sistema que transferisse a responsabilidade, ao mesmo tempo proporcionando treinamento e apoio técnico em análise de mercado, administração, contabilidade e outras técnicas necessárias à sobrevivên-

cia numa economia moderna.

Os egos sempre têm papel importante mas, segundo Lezcano, as fricções resultaram de expectativas diferentes por parte dos sócios das duas organizações. Acrescenta ele: "Eu não considero isso um conflito mas algo que normalmente se deve esperar."

Aquilino Vega, recentemente reeleito presidente da ASAGRAPA, confirma essa opinião, dizendo: "Foi um período difícil mas agora tudo está bem. Dependia muito de nós... Tivemos de definir o que estávamos fazendo. A questão é a seguinte: o que é autonomia? O que é independência? E é aí que a fricção começa."

Ao menos por enquanto se conseguiu certa acomodação. O PAC agora define a si mesmo como organização promocional a serviço da ASAGRAPA, que, em última análise, toma todas as decisões. Organizacionalmente, todas as divisões de serviço são agora constituídas por equipes conjuntas de promotores da ASAGRAPA e do PAC. Num esforço dramático para demonstrar o empenho do PAC em conseguir autonomia da ASAGRAPA, o Pastor Westermann prometeu que o PAC deixará de existir nos próximos três anos e seu quadro de pessoal já foi reduzido como primeiro passo nessa direção.

À medida que a ASAGRAPA caminha a passos constantes em seu próprio curso, tentará resolver os problemas internos que ameaçam fragmentar a organização. A longa busca de uma política de crédito viável reduziu o número de sócios, que diminuiu de um máximo de 347 famílias para cerca de 250. Atualmente estão sendo formados comitês com cerca de 300 famílias em áreas recentemente colonizadas e espera-se que um programa ampliado de comercialização revitalize muitos dos comitês atuais, revertendo o declínio do número de sócios. Entretanto, continuam sem solução as dissensões na base e a centralização do poder na cúpula.

Muitos comitês são pequenos e, por isso mesmo, inviáveis. O comitê médio tem dez famílias e alguns só a metade desse tamanho. É muito dispendioso proporcionar apoio técnico e organizacional a grupos que produzem poucos cultivos excedentes. Alguns comitês recebem assistência de outras entidades, mas isso tende a reduzir a lealdade em relação à ASAGRAPA e a participação na mesma.

Ironicamente, a tendência de manter comitês extremamente pequenos pode ser reforçada pela política de crédito. A maioria dos comitês é constituída por amigos íntimos e parentes e essas relações informais reforçam a solidariedade do grupo e o paga-

mento de empréstimos. Essas redes extremamente coesas às vezes excluem novos sócios, por medo de perder o controle sobre os recursos do grupo. Ao mesmo tempo, os comitês correm o perigo de divisão quando há discórdia entre velhos amigos e vizinhos ou quando um subgrupo de famílias decide mudar-se para uma nova área de assentamento. Geralmente, em vez de conseguir novos sócios, o resultado é que um comitê de doze famílias se torna dois comitês de seis.

A ASAGRAPA ainda não estabeleceu um mecanismo organizacional para combater esse processo fissionário por meio do reforço de elos entre os comitês locais. O melhor nível de organização para formar essa espécie de relacionamento de trabalho — o nível zonal — é também o mais subdesenvolvido. A organização da ASAGRAPA é sólida no nível mais alto, com dirigentes cada vez mais prudentes e dinâmicos, uma camada tênue de promotores zonais e uma base de sócios cuja participação é irregular.

Uma das conseqüências é o surgimento do que se pode chamar de "camponeses profissionais". Muitos dos líderes da ASAGRAPA dedicam tempo considerável, às vezes integral, à organização. À medida que surge a necessidade de administradores em tempo integral, a ASAGRAPA deverá encontrar uma forma de compensá-los pelo tempo que passam fora de seus campos. O perigo é que esse grupo gerencial se afaste cada vez mais das necessidades e preocupações dos sócios na base.

Até agora, a pressão por remuneração tem sido tratada de formas diferentes, dependendo da tarefa e da responsabilidade. Tomás Rivas, por exemplo, é promotor zonal e extensionista agrícola. Passa até 20 dias fora de seus campos, acompanhando o desenvolvimento de hortas comunitárias e ministrando cursos de treinamento em apicultura e piscicultura. Recebe o equivalente ao salário de um dia pelo trabalho agrícola, além de uma diária modesta. Quando tem que viajar à Cidade Presidente Stroessner para participar de reuniões, recebe a passagem de ônibus, alimento e alojamento. Um promotor de saúde da mesma zona teve tempo apenas de plantar meio hectare e seu salário da ASAGRAPA não compensa a produção perdida. O problema é comum e os promotores recentemente pediram aumento.

Esse problema foi evitado na fábrica de processamento e na barraca do mercado mediante o rodízio da força de trabalho. Todo funcionário, com exceção do gerente, trabalha na ASAGRAPA somente duas, em cada oito semanas, permitindo-lhe tempo mais

do que suficiente para cultivar seus próprios campos a fim de complementar o salário.

O problema é mais agudo em Hernandarias, na sede da ASAGRAPA, onde há necessidade de dirigentes em tempo integral para lidar com um conjunto cada vez mais complexo de problemas. Alguns observadores percebem o perigo de que esse grupo de administradores experientes se torne demasiadamente valioso à organização para voltar a ser pequenos agricultores, tornando difícil que as aptidões de liderança se generalizem entre os sócios. Por outro lado, um rodízio arbitrário ou demasiadamente freqüente de pessoas nesses cargos ameaça aumentar a confusão organizacional e a ineficiência, bem como solapar as conquistas já alcançadas com dificuldades. Como outras organizações camponesas que lutam para equilibrar a equidade com a competência técnica, a ASAGRAPA deverá fazer uma avaliação periódica de sua orientação e ajustar suas políticas com base nos seus resultados (uma federação boliviana de cacau oferece um exemplo de solução de problemas semelhantes no artigo de Kevin Healy, *Desenvolvimento de Base*, Vol. 12, Nº 1).

A longo prazo, talvez o problema mais difícil da ASAGRAPA seja formular políticas e procedimentos que integrem os sócios brasileiros e paraguaios. As divisões a serem eliminadas são tanto geográficas quanto econômicas. Uma das quatro zonas da ASAGRAPA — Katueté no Departamento de Canendiyú — é principalmente brasileira, com um punhado de paraguaios. Nas outras três zonas é o contrário. Os agricultores brasileiros de Katueté, em média, são mais capitalizados e mais produtivos. Quase a metade de todos os legumes vendidos na barraca do mercado de Cidade Presidente Stroessner, inclusive todo o queijo e galinhas e a maior parte do arroz, vem de Katueté.

Preocupação com o potencial econômico dos brasileiros surgiu recentemente quando os agricultores de Katueté solicitaram empréstimo da ASAGRAPA/PAC para comprar um moinho de arroz. Os líderes da ASAGRAPA/PAC hesitaram, temerosos de que um maior potencial econômico da zona mais rica pudesse provocar ruptura entre paraguaios e brasileiros. Um diálogo aberto sobre essas preocupações produziu um compromisso: Katueté reafirmou sua dedicação à ASAGRAPA e concordou em enviar metade de seu arroz a Hernandarias para processamento e venda na barraca do mercado.

Essa solução de compromisso, como muitas das políticas que surgiram à medida que a ASAGRAPA

procura estabelecer uma nova rede de comercialização, é débil e talvez perca sua consistência. Para estranhos, parece que muitas realizações diminuem de importância em comparação com o que resta pela frente. O que há de especial numa organização que necessitou de infusões significativas de apoio de doadores estrangeiros para iniciar suas atividades e requererá assistência externa adicional no futuro, especialmente nas atividades de prestação de serviços?

As pessoas próximas à ASAGRAPA compreendem que suas realizações não podem ser medidas apenas em termos econômicos a curto prazo. Se todo o dinheiro investido na ASAGRAPA fosse dis-

tribuído aos agricultores pobres do Alto Paraná, provavelmente não pagaria o abastecimento de um mês de chá-mate. O que a ASAGRAPA demonstrou — num país com tradições comunitárias enfraquecidas e sem políticas públicas de apoio — é que os pequenos agricultores podem assumir a responsabilidade pelo seu próprio destino e aprender dos erros para reivindicar seu próprio sucesso. Em sociedade, a ASAGRAPA e o PAC demonstraram que os pequenos agricultores podem organizar-se para libertar-se de uma economia de monocultura e conquistar seu próprio espaço no mercado.

DAVID BRAY, doutor em antropologia pela Brown University, é o representante da Fundação Interamericana para o Paraguai e Norte da Argentina. Pertenceu anteriormente ao Center for Latin American Studies na Tulane University. DIONISIO BORDA, bolsista paraguaio da Fundação Interamericana, está atualmente concluindo estudos para o doutorado em economia na University of Massachusetts-Amherst. É também pesquisador do Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos.

NOTAS

Este artigo baseia-se, em grande parte, em relatórios, avaliações e outros documentos de programas arquivados na Fundação Interamericana. As seguintes fontes secundárias também forneceram dados:

Fogel, Ramón. *Las invasiones de tierra: Una respuesta campesina a la crisis, Los Movimientos Sociales en el Paraguay*, editado por Domingo Rivarola. Assunção: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1986.

Palau Viladesau, Tomás e María Victoria Heikel. *Los Campesinos, El Estado, e Las Empresas en la Frontera Agrícola*. Assunção: BASE/PISPAL, 1987.

O VALE SEM PÁSSAROS

Patrick Breslin

AS UVAS pendem em cachos roxos e pesados das vinhas de toda casa do Vale Cachapoal, na região central do Chile. As ameixeiras envergam-se sob o peso das frutas. Espigas de milho de 30 centímetros, de amarelo brilhante como capa de chuva, estão espalhadas no quintal para secar. Ao alvorecer, as fileiras altas e pesadas de girassóis inclinam-se para o leste.

Mas poucos pássaros voam sobre esses campos abundantes e os céus vazios preocupam os pequenos agricultores de Cachapoal. Em três décadas turbulentas presenciaram as estruturas econômicas e sociais de seu vale e a própria terra agitar-se e tremer. Suportaram tudo isso mas temem que o desaparecimento dos pássaros agoure uma verdadeira catástrofe: o envenenamento gradual, por pesticidas, da área e de seus habitantes.

Os agricultores de Cachapoal, como muitos outros do Terceiro Mundo, são cada vez mais afetados pela expansão e alta competitividade de um mercado internacional de legumes frescos. A concorrência pressiona-os a usar de forma cada vez mais intensa fertilizantes e pesticidas que já ameaçam a terra e a saúde. Longe, em países como os Estados Unidos, a saúde dos consumidores também pode ser ameaçada por resíduos de pesticidas perigosos em frutas e legumes importados.

A preocupação com essa ameaça aumenta a passo acelerado com o comércio de legumes. Progressos tecnológicos em refrigeração, armazenagem e transporte eliminaram as estações. Nos Estados Unidos, por exemplo, os consumidores não têm de esperar mais pelas colheitas locais para comer frutas perecíveis como uvas, pêssegos, ameixas e nectarinas. Vinte cinco por cento das frutas consumidas são importados de dezembro a maio e uma em cinco uvas que

os norte-americanos põem na boca cresceu numa vinha chilena.

Como os Estados Unidos e outros países importadores de frutas também produzem e exportam a maior parte dos pesticidas, entre os quais substâncias tão tóxicas aos seres humanos e ao meio ambiente que foram proibidas em seus territórios, o círculo venenoso está completo.

A preocupação com esse problema geralmente se circunscreve a ecólogos, cientistas e consumidores bem informados e conscientes da saúde — todos membros da elite mundial. Suas soluções, que incluem modelos complicados de administração integrada de pragas, não são facilmente transmitidas aos agricultores de baixa renda, economicamente marginalizados.

No Chile, entretanto, a *Cooperativa Campesina Intercomunal Peumo, Ltda.* (COOPEUMO), que vincula 460 pequenos agricultores aos serviços de compra, crédito e assistência técnica, formulou uma campanha educacional audaciosa de três anos para mudar a forma como seus sócios e vizinhos usam os pesticidas e substituir os mais perigosos, atualmente usados, por químicos menos tóxicos. A Fundação Interamericana recentemente aprovou uma subvenção de US\$77 378 para apoiar esse esforço uma vez que o problema tem agora dimensões mundiais. Estimando-se em meio milhão por ano o número de casos de envenenamento por pesticida, seus efeitos poderão ter implicações muito além do Vale Cachapoal.

A campanha da COOPEUMO é uma resposta de base, nascida das pessoas mais diretamente ameaçadas pelos pesticidas. Se tiver êxito, demonstrará que se pode organizar, de baixo para cima, medidas significativas para enfrentar os perigos dos pesti-

cidas. Seu êxito dependerá da capacidade da cooperativa de equilibrar, a curto prazo, os interesses econômicos de seus sócios com suas preocupações de saúde a longo prazo. O que torna o sucesso imperativo é a velocidade alarmante com que o efeito cumulativo dos pesticidas vem impondo a ameaça. Os agricultores do Cachapoal vêem-se presas de um dilema. Suas escolhas, em certo sentido, poderão envolver a todos nós.

O CENÁRIO desse drama é um lindo vale transversal que se estende a oeste do eixo norte-sul do vale central do Chile, a duas horas de ônibus ao sul de Santiago. Ao longo de suas estradas de terra, a intervalos periódicos, há artefatos da história recente — pilastras sobre as quais giraram outrora os portões de enormes propriedades. As estradas eram caminhos privados e as pequenas fazendas onde trabalham os sócios da COOPEUMO eram partes de vastos latifúndios de propriedade de algumas famílias, padrão típico da zona rural do Chile, onde a propriedade da terra era tão altamente concentrada como em qualquer parte das Américas. Em 1955, por exemplo, 4,4% dos latifundiários tinham 81% da terra arável. Trabalhadores por jornada, tanto os sem terra como os donos de pequenos lotes de subsistência, geralmente viviam ao redor das pequenas cidades. Outros trabalhadores viviam todo o ano nos latifúndios. No total, constituíam um exército de mão-de-obra agrícola muito barata.

Essa não era somente uma situação de exploração mas também de ineficiência. Até 40% de terra arável de primeira qualidade permaneciam sem cultivo. "Quando chegamos só havia amoreiras silvestres", disse Juan Huanche, sócio da cooperativa que colonizou o vale em 1962. E o sistema não atendia às necessidades do país. A produção agrícola da década de 50 constantemente ficava atrás da demanda, exigindo mais importações para cobrir o vazio e agindo como um peso sobre toda a economia. Mas a existência do sistema tradicional de latifúndio garantia o controle social e político à pequena classe dominante. E como na maior parte da América Latina, a reforma agrária foi discutida durante décadas, a ela sempre se resistindo. No Chile, um dos primeiros lugares onde chegou foi o Cachapoal.

Por muitos anos, a Igreja Católica, ela mesma uma grande latifundiária, denunciou mais abertamente os males do sistema latifundiário, preocupada com a aceitação crescente das críticas marxistas a

esse sistema. Seguindo a encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, que insistia nos direitos dos trabalhadores rurais à terra, os bispos chilenos promulgaram uma pastoral em 1962 anunciando experiências de reforma agrária em quatro das propriedades da Igreja, inclusive num latifúndio de 1 500 hectares chamado *Las Pataguas*, no Vale Cachapoal. Logo depois, *Las Pataguas* foi dividida entre 76 famílias, cujos membros eram, em sua maioria, antigos trabalhadores, que receberam o prazo de 20 anos, a juros baixos, para pagar a terra.

Por meio dessas experiências a Igreja pôs em movimento, em todo o Chile, um processo há muito devido. Três governos sucessivos — da direita, centro e esquerda — implementaram políticas cada vez mais amplas de redistribuição da terra. Como a ação da Igreja tinha sido estreitamente coordenada com membros do Partido Democrata Cristão, entidade reformista e em rápida expansão, as experiências de Cachapoal e dos outros três lugares influenciaram enormemente o projeto de reforma agrária lançado por esse partido ao assumir o poder em 1964. Promoveram-se as cooperativas e empreenderam-se atividades de agricultura comunitária.

Na década seguinte a reforma agrária tornou-se uma questão importante no Chile. Em 1970, Salvador Allende, prometendo uma "transição para o socialismo", venceu a eleição presidencial mas não conseguiu o controle sobre o congresso chileno. Allende intensificou o ritmo das expropriações da terra. Ao mesmo tempo, camponeses organizados em muitas partes do país começaram a ocupar os latifúndios por conta própria. Impelida pelas ideologias em concorrência e pela intensificação da luta em busca do poder político, a reforma agrária espalhou-se por todo o interior, acelerando-se e chocando-se contra antigas barreiras, deixando atrás de si o tumulto — e novas possibilidades.

Quando os militares chilenos assumiram o poder em 1973, num golpe de estado, engataram todo o processo em marcha-ré. Alguns líderes camponeses foram assassinados, outros presos; outros foram despedidos de suas organizações, que entraram em declínio. Muitos dos que tinham obtido terra por meio dos diferentes programas de reforma agrária a perderam por fraude ou contraíram dívidas e tiveram de vendê-la, freqüentemente aos antigos proprietários. Mas o governo militar não retrocedeu o processo até a restauração do latifúndio. Ao contrário, suas políticas econômicas abriram a zona rural do Chile ao impacto total do sistema de mercado. Uma

enxurrada de produtos alimentícios importados levou muitos agricultores à bancarrota. Mas essas mesmas políticas incentivaram outros, especialmente os maiores, a explorar os salários e o solo rico do Chile, bem como suas colheitas de inverno no Hemisfério Norte — todas essas vantagens comparativas na produção e exportação de frutas.

Todas essas mudanças e convulsões no interior chileno nos últimos anos tiveram impacto sobre o Cachapoal. Em menos de três décadas, passou rapidamente de semifeudalismo para o capitalismo, com pequenas paradas no cooperativismo e coletivismo. E como se não bastasse isso, às 7 da noite de 3 de março de 1985 — hora feliz porque quase todos estavam ao ar livre gozando a noite de verão de domingo — a terra tremeu e as casas dos agricultores, feitas de adobo, em todo o vale transformaram-se em poeira. Em algumas comunidades perto de San Vicente e Pichedegua, 90% das casas antigas desabaram.

A COOPERATIVA de Peumo também sofreu as mudanças e convulsões do vale desde sua organização em 1969, aproveitando os novos serviços que vieram com a reforma agrária. Seus sócios originais, uma mistura de agricultores comerciais, agricultores de subsistência e camponeses sem terra foram todos levados de roldão à medida que o programa de reforma revolveu todo o interior. Muitos dos membros mais antigos da cooperativa cresceram como trabalhadores nos latifúndios. Em sua existência passaram por uma mudança dramática após a outra.

O número de sócios elevava-se a 700 pouco antes do golpe militar mas, no fim da década de 70, a cooperativa estava reduzida à administração de uma loja para os poucos sócios ativos restantes, principalmente grandes agricultores. Em 1978, a *Private Agencies Cooperating Together* — PACT (Instituições Privadas de Colaboração Mútua), consórcio de organizações privadas de desenvolvimento com sede nos Estados Unidos, cooperou com seis entidades de desenvolvimento chilenas para introduzir um projeto de crédito e assistência técnica para 140 pequenos agricultores do vale, muitos deles em perigo de perder a terra.

Esse projeto começou a revitalização de uma cooperativa que, nas palavras de Domingo Aros, um de seus sócios, "estava decaindo, decaindo havia vários anos". Para ele e muitos outros, a chave era a equipe de cinco homens — agrônomos, técnicos agrícolas e promotores de ação comunitária — que

administrava o projeto. "Trabalhavam incessantemente", disse Aros.

A equipe técnica, por sua vez, atribui grande parte do crédito ao pagamento fiel dos empréstimos dos sócios, a uma taxa consistente de cerca de 97%. "O pequeno agricultor sempre respira aliviado ao pagar um empréstimo", disse Carlos Venegas, que trabalha como promotor com a equipe. "A dívida sempre o deixa nervoso até pagá-la."

Seja qual for o saldo, há sem dúvida uma relação inusitadamente estreita e complicada entre a equipe e os sócios. Venegas personifica esse relacionamento. Membro da equipe técnica, também serviu como presidente da cooperativa.

Venegas cresceu no Cachapoal, filho de um agricultor sem terra. Aos 15 anos encontrou trabalho em Santiago como padeiro e associou-se ao sindicato. Alguns anos mais tarde, com certo conhecimento de organização da classe trabalhadora, regressou ao Cachapoal. É líder camponês desde então. Quando o PACT estava recrutando sua equipe de assistência técnica, Venegas foi contratado como promotor.

Em 1980, os grandes agricultores já não viam muita vantagem para si próprios na cooperativa e tomaram medidas para dissolvê-la. Venegas organizou os agricultores mais pobres e os camponeses sem terra que eram sócios nominais e congregou-os numa reunião pivô. Seus votos mudaram o controle da cooperativa e Venegas foi eleito presidente. No ano passado, após ganhar a reeleição, Venegas renunciou por motivo de problema temporário de saúde. Durante seu mandato, continuou a trabalhar com a equipe técnica.

Os serviços da equipe — inclusive administração da cooperativa e das suas duas lojas, visitas mensais a cada agricultor e planos individuais de cultivo e crédito — foram estendidos a um número de sócios que aumenta constantemente. Fundos rotativos de crédito, treinamento em técnicas de produção e informação sobre comercialização contribuíram para aumentar a renda. Ao terminar o financiamento do PACT, uma subvenção da Fundação Interamericana, concedida em 1982, permitiu à equipe técnica continuar a trabalhar e ajudou a estabelecer um fundo rotativo de empréstimos para crédito de produção. Em 1986, a cooperativa pôde pagar a equipe técnica de suas próprias rendas, provenientes principalmente de vendas das lojas. Ao mesmo tempo, a cooperativa estabeleceu uma série de outras metas de desenvolvimento: ajudar a reconstrução

após o terremoto; promover hortas caseiras para melhorar a dieta; proporcionar treinamento profissional; incentivo à indústria doméstica, especialmente de mulheres, para aumentar a renda familiar; e crédito para ajudar os sócios sem terra a criar porcos ou galinhas ou começar a plantar sementeiras. Além de seus sócios, mais de 500 pessoas do vale participam ao menos em um dos diversos programas da cooperativa. Recentemente, a COOPEUMO vem organizando jovens para fazer um levantamento das condições de saúde e estabelecer serviços sanitários básicos nas cinco aldeias.

QUANDO VENEGAS se tornou presidente em 1980, o vale tinha levado a exportação de nectarina a sua primeira alta em quase uma década. Mas a demanda de frutas de alta qualidade e sem defeitos significou um aumento repentino e maciço do uso de pesticidas. Ao mesmo tempo, foram introduzidas novas espécies de cultivos tradicionais, de maior produção mas também mais frágeis, como trigo, batata, melão, tomate, melancia e feijão. Essas espécies exigiam também mais pesticidas.

O vale sempre produzira frutas para o mercado interno, onde os lucros são baixos. O mercado internacional oferecia lucros muito mais altos, que tornava mais atraente a terra arável, aumentando seu valor e as pressões sobre os agricultores pequenos e pobres para vendê-la. Produzia-se mais fruta e, quando não era exportada, seu excedente inundava o mercado local, novamente aumentando a pressão competitiva sobre os pequenos agricultores que dependiam desse mercado para sobreviver. Tudo isso se juntou para forçar os pequenos agricultores, como os sócios da COOPEUMO, a participar de um jogo mais alto, em que entraram aumentando o uso de fertilizantes e pesticidas. Levou tempo para que começassem a perceber os efeitos laterais.

Contam-se agora histórias de terror sobre o descuido com que os pesticidas foram usados. "Nós todos vimos os agricultores misturar pesticidas com as próprias mãos", lembrava Venegas a um grupo de sócios da cooperativa, reunidos uma noite na aldeia de Pichidegua. "Diziam que não se importavam mas não percebiam o prejuízo interno a longo prazo que causavam a si mesmos. Agora já sabemos melhor", continuou ele. Mas o olhar lançado à sala era mais esperançoso do que certo. "Eu mesmo fumava enquanto borrifava, o que significa que não usava máscara ou então comia a fruta diretamente do campo."

A confissão de Venegas provocou outras ex-

pressões de preocupação a respeito dos pesticidas. "Muitas vezes borrifei meus tomates com uma garrafa de alguma coisa que até agora não sei o que é", disse um agricultor.

"Nas grandes propriedades", disse outro, "eles vaporizam de avião. Eu me lembro um dia em que o vento soprou a poeira na direção oposta dos campos sobre todo um grupo de casas."

Rosa Muñoz, que trabalha num posto de saúde em Rosario de Codao Cerro, comunidade perto de Peumo, falou de mulheres que trabalham nas vinhas com o pó do pesticida penetrando nos olhos. "Os olhos incham e elas têm que descansar dois dias até passar a inchação", disse ela. "Eu mesma trabalhei nos vinhedos quando alguém estava borrifando no campo a nosso lado, com o vento soprando em nossa direção."

A pesquisa confirma essas afirmações. Estudos sobre aplicação de pesticidas nos Estados Unidos indicam que somente cerca da metade dos químicos atingem o campo a que se destinam. O restante é carregado pelo ar e assenta-se nas áreas circundantes, penetrando na água subterrânea.

Gustavo Guajardo Arauca, auxiliar de saúde da clínica *Mutual de Seguridad* de Peumo, confirmou que a aplicação indevida é a causa da maioria dos casos de envenenamento por pesticida por ele vistos. A clínica tem contratos de seguro com 163 empregadores do Cachapoal, abrangendo cerca de 3 600 trabalhadores.

Os casos de envenenamento por pesticida ocorrem com mais frequência nos meses de verão, de dezembro a fevereiro — no mínimo dois casos graves por semana. "Muitos tomam leite como antídoto caseiro", disse Guajardo. "Nós recebemos os mais graves."

Os sintomas incluem fraqueza geral, vômito, dificuldade de respiração, pulso acelerado e transpiração. Dependendo do veneno, o tratamento consiste na aplicação de injeções intravenosas de um antídoto durante dois ou três dias e, em seguida, no mínimo mais três dias de descanso.

"O problema mais comum é que as pessoas não usam máscaras quando borrifam", disse Guajardo. "Eles acham que lenço sobre a boca e nariz os protegerão. Ou comem fruta do campo que estão borrifando ou depois não lavam as mãos. Outro problema é borrifar durante muitos dias consecutivamente. Mas não há diretrizes. Alguns trabalhadores borrifam todo dia durante dois meses e estão constantemente ingerindo o veneno aos poucos pela pele e

pulmões, o que é especialmente perigoso porque aos poucos chega a constituir uma dosagem muito alta.

Basicamente, é falta de treinamento. Os proprietários geralmente advertem os homens que borrifam a serem cuidadosos mas não dão qualquer explicação. A maior parte dos trabalhadores não sabe com que está lidando. Às vezes, um homem trabalhando sozinho desmaia e fica prostrado no campo que borrifou durante duas horas, até ser encontrado. Na realidade, não há uma causa única ou um único culpado. Todos esses fatores desempenham um papel."

Essas práticas perigosas são, no mínimo, igualmente comuns entre os agricultores de pequena escala, como os sócios do COOPEUMO, que carecem até mesmo das proteções rudimentares que devem ter os trabalhadores dos latifúndios. Não há ninguém para ensinar ou persuadir se decidiram borrifar vestidos de *shorts* e camiseta, em vez de usar avental ou macacão de borracha, capuz e máscara que cubra o nariz e a boca. "Essa roupa é tão desconfortável", disse um agricultor, "que não se agüenta o calor quando se trabalha com ela. E não é possível trabalhar com essa máscara. Ela me sufoca até mesmo quando borrifio a casa para matar moscas."

"A roupa é cara", disse outro. "É pesada. As botas são tão pesadas que chegam a arrancar as plantas de feijão quando a gente passa entre as fileiras."

Mas, embora reclamem do equipamento, é evidente que muitos sócios da cooperativa estão preocupados com os perigos para si mesmos, para o vale e para as pessoas que comem as frutas. "É um gesto quixótico", disse um deles, "opor-se ao uso de pesticidas. Mas temos de fazer alguma coisa. Estamos destruindo o solo com esses venenos."

"Em 50 anos", interrompeu outro, "a terra não valerá nada. Será como o sal, como cal viva."

O homem próximo a ele confirmou. "Todos os inimigos naturais das pragas estão desaparecendo", disse ele. "As abelhas, até mesmo os pássaros."

"O objeto de nossa preocupação", acrescentou outro, "não são somente nossos sócios mas as pessoas que vivem a nosso redor. Queremos ter uma consciência tranqüila de que não estamos envenenando nossos vizinhos, aqui e no exterior, uma vez que alguns de nossos produtos são exportados."

"Nós, produtores, temos a responsabilidade", concluiu um jovem agricultor. "O consumidor não está ciente do perigo."

Mas as prateleiras da loja da cooperativa na aldeia de Peumo apresentam um exemplo gráfico da

tensão entre as boas intenções dos agricultores e a realidade econômica. Folidol é um pesticida cujo litro custa somente 2 000 pesos (aproximadamente US\$8) mas contém Parathion, proibido nos Estados Unidos em virtude de seu extremo grau de toxicidade para os seres humanos e pássaros. A cooperativa também vende um produto chamado Belmark, que é menos tóxico e mais indicado para pragas específicas. Mas a lata do mesmo tamanho custa 15 000 pesos. "Se tirarmos o Folidol de nossas prateleiras e vendermos somente o pesticida seguro", disse Venegas, "nem mesmo nossos sócios comprarão lá. Não podemos mudar da noite para o dia. Tem de ser um processo de educação ou conscientização, de substituição gradual dos produtos mais perigosos".

A equipe técnica já começou esse processo. Em janeiro de 1987, convidou um técnico em saúde pública para dirigir um seminário de um dia sobre o uso seguro de pesticidas para os sócios da cooperativa. Graças a uma subvenção da Fundação Interamericana, serão realizadas seis sessões de treinamento para representantes de cada um dos comitês locais da COOPEUMO sobre perigos de pesticidas para trabalhadores, consumidores e meio ambiente; sobre melhores formas de controlar as pragas e técnicas adequadas para aplicar os pesticidas. As aulas ressaltarão os métodos agrícolas que controlam as pragas naturalmente e podem ser complementados por pesticidas específicos em vez de genéricos. Os participantes ajudarão, em seguida, a organizar sessões de treinamento semelhantes em cada comunidade, a fim de atingir, no mínimo, 400 agricultores.

Por meio dessas sessões, da divulgação de material educacional como panfletos, filmes e diapositivos, e de um plano para testar poços a fim de verificar se resíduos venenosos penetraram na água subterrânea, a COOPEUMO espera aumentar a conscientização no vale para esse problema. "Nessa matéria há muitos aspectos que não podemos controlar", disse Carlos Nuñez, plantador de nectarina que assumiu a presidência quando Venegas renunciou. "O alto custo desses pesticidas, por exemplo. Mas as coisas que estão a nosso alcance — aumentar a conscientização, ensinar as pessoas a evitar métodos perigosos, aplicação demasiada — isso podemos fazer."

Ao educar seus sócios, a COOPEUMO começará a tirar de suas prateleiras os pesticidas mais tóxicos, intensificando ao mesmo tempo a venda de equipamento protetor. Nos próximos dois anos venderá, no mínimo, 100 macacões protetores com des-

conto de 40%. A subvenção da Fundação Interamericana ajudará a cooperativa a absorver a maior parte dos US\$10 000 em perdas previstas, bem como das vendas não realizadas de pesticidas tóxicos mais populares. No terceiro ano a equipe espera que seu programa educacional tenha convencido os agricultores a respeito da necessidade de mudar e lhes tenha mostrado formas de reduzir ou compensar os custos mais elevados.

AO ANOITECER no Vale Cachapol, mocinhas bonitas, de cabelos negros, balançam-se timidamente nos portões em frente de casa, conversando com rapazes apoiados em suas bicicletas. Tratores, camionetas japonesas e um ou outro carro de boi rolam pelas estradas entre as fileiras retilíneas de álamos. Doces ameixas roxas caem suavemente no solo de pomares de propriedade, desde 1973, de Manuel Antonio Droguett, sócio da cooperativa, e administrados com a ajuda de Aldo, seu filho. Os 120 000 quilos de ameixas serão transformados em ameixas secas e exportados.

"Às vezes carecemos sentido de nossa própria história", disse Carlos Cabello, ao escolher seu caminho pelo pomar, após uma visita aos Droguetts. Cabello, 35 anos, e Aldo Droguett são parte da geração jovem da cooperativa. "Nós nos esquecemos como era a vida antes, para os camponeses. Minha mãe morreu por ter de levantar às duas ou três da manhã

por ordem do latifundiário. Pegou resfriado, ficou cada vez mais fraca e finalmente morreu. As coisas mudaram muito no campo desde então. Antigamente, quem tinha geladeira, rádio, televisão, mesmo que fosse somente preto e branco? Agora temos todos os benefícios de nosso próprio trabalho."

O desenvolvimento é quase sempre medido em termos de coisas materiais que acompanham o padrão de vida mais alto que as pessoas mais pobres desejam para si próprias e seus filhos e da dignidade concomitante da participação nas decisões, de ter certo controle sobre a própria vida. A COOPEUMO, seja qual for o critério, tem tido êxito em trazer o desenvolvimento a seus sócios.

O problema dos pesticidas que agora preocupa a cooperativa demonstra que cada passo no desenvolvimento traz consigo novos desafios. Ressalta também como muitos desses desafios enfrentados na América Latina e Caribe — imigração ilegal, destruição das florestas tropicais, tráfico de entorpecentes e agora os perigos dos pesticidas — vinculam países pobres e ricos. O círculo venenoso une produtores de pesticidas dos países industrializados, trabalhadores e consumidores dos países pobres e consumidores dos países industrializados. Como os canários que os mineiros de carvão levavam para os túneis porque sucumbiam primeiro aos gases perigosos, os pássaros que caem no Cachapal podem ser um sistema de alerta antecipado para todos nós.

PATRICK BRESLIN, doutor em ciências políticas pela Universidade da Califórnia em Los Angeles, é pesquisador e oficial de avaliações da Fundação Interamericana. É autor de *Interventions*, romance sobre o Chile e, mais recentemente, *Development and Dignity*, uma história dos primeiros 15 anos da Fundação Interamericana. A pesquisa de Danielle C. Harris sobre comércio de frutas e uso de pesticidas contribuiu para este artigo.

Ao falar a platéias em seu próprio idioma, um grupo de jovens músicos quéchuas está incentivando os habitantes da Província Chimborazo, do Equador, a organizar-se e dirigir seus próprios projetos de desenvolvimento de base.

LA FERIA EDUCATIVA

Manancial de Idéias e Orgulho Cultural

Chuck Kleymayer e Carlos Moreno

NA PRAÇA da aldeia, vários camponeses — todos usando poncho vermelho e um chapéu de feltro escuro — formavam um círculo fechado ao redor de uma única figura em pé, no centro. Todos falavam intensamente, gesticulando com a mão que saía de baixo do poncho de lã tecido à mão, o tempo suficiente para destacar uma questão antes de retornar a seu recôndito cálido.

Esses homens vieram de uma aldeia vizinha para assistir um espetáculo da *Feria Educativa*. A *Feria*, um grupo de jovens índios músicos — homens e mulheres — passaram toda a tarde de domingo na praça da aldeia, tocando músicas tradicionais Quéchua, convidando os camponeses locais a dançar, representando sociodramas no palco, apresentando um show de marionetes e incentivando a audiência a comentar como as situações dramatizadas pelos artistas se relacionavam com os problemas locais, bem como o que se poderia fazer para encontrar soluções.

O sociodrama que recebeu a resposta mais entusiástica representava um camponês analfabeto, do qual um manipulador esperto se aproveitou, lendo uma carta importante e enganando-o a respeito de seu teor. Muitas pessoas da platéia balançavam a cabeça e murmuravam durante o espetáculo, reco-

nhecendo experiências semelhantes como resultado de sua incapacidade de ler.

Depois que a *Feria Educativa* cantou sua última música e se acalmou o tremor do *charango*, uma espécie de bandolim, a maioria da platéia foi para casa. Com exceção, naturalmente, dos homens da aldeia vizinha que tinham visto um treinador do novo programa de alfabetização do governo. Imediatamente o cercaram e exigiram que ele marcasse a data para visitar sua aldeia, a fim de estabelecer seu próprio centro de alfabetização de adultos. Identificando-se com a sorte do camponês analfabeto do sociodrama, que não somente carecia de aptidão vital mas de habilidade que era parte de sua obrigação como membro da sociedade equatoriana, julgaram que tinha chegado a hora de fazer alguma coisa e não aceitariam desculpas.

O treinador, cujas noites já estavam tomadas ensinando em sua própria aldeia, finalmente concordou em visitá-los no domingo seguinte. Acrescentou que levaria consigo o supervisor da área, a pessoa que de fato designaria um professor para um novo centro de alfabetização, se os moradores o convencessem (o que fizeram).

Raramente os efeitos do trabalho da *Feria* são

tão imediatamente visíveis. Sua tarefa principal é a longo prazo — incentivar as organizações camponesas da Província Chimborazo a participar de um programa amplo de desenvolvimento local. De fato, a *Feria Educativa* freqüentemente proporciona o primeiro contato dos camponeses de Chimborazo com o programa inovador dirigido pelo *Servicio Ecuatoriano de Voluntarios-Chimborazo* (SEV).

O programa SEV evoluiu de um esforço inicial da *Unidad de Educación para el Desarrollo*, patrocinado pelo governo, cuja tarefa principal era fazer uma campanha nacional de alfabetização. Ambas as organizações usam a educação de adultos como plataforma para uma série de atividades de desenvolvimento em aldeias indígenas, inclusive centros de alfabetização, padarias comunitárias, oficinas artesanais auto-administradas, reflorestamento e outras atividades comunitárias e organizacionais de desenvolvimento.

Em 15 anos, de 1975 a 1989, os esforços de base da *Unidad* e do SEV, nos quais a *Feria* desempenhou papel central, terão recebido US\$1,2 milhão da Fundação Interamericana. Outro US\$1,1 milhão foi conseguido em doações de contraparte — em dinheiro, mão-de-obra, materiais e terra — de comunidades indígenas e de entidades públicas e privadas.

A fim de avaliar o significado desse esforço, é necessário considerar atentamente a história do desenvolvimento de base do Chimborazo. Essa província tem uma das mais altas concentrações de populações nativas afligidas pela pobreza da América do Sul. Vivendo em mais de mil aldeias, a altitudes que às vezes excedem de 4 500 metros, os 250 000 habitantes da província só recentemente saíram de um sistema de exploração de seu trabalho agrícola que limitava enormemente suas possibilidades de auto-suficiência, avanço social e crescimento econômico. A natureza não foi mais generosa, assolando a terra com secas, geadas, deslizamento de terra e erosão severa do solo.

Há mais de duas décadas, diversas organizações nacionais e internacionais estabeleceram-se no Chimborazo, oferecendo assistência e mudança. Tipicamente, os representantes dessas organizações, públicas ou privadas, têm sido profissionais burocráticos com formação social e cultural muito distante da que predomina entre os habitantes locais. Geralmente esses representantes dirigem até as aldeias acessíveis pela Rodovia Pan-Americana e reúnem-se com um pequeno grupo de líderes, invariavelmente homens, explicando-lhes em espanhol como uma de-

terminada instituição está preparada para melhorar a vida dos moradores. O reconhecimento da "participação popular" freqüentemente exigia um período de perguntas e respostas que concluía pedindo aos representantes camponeses que participassem de reuniões futuras. A seguir, os técnicos e funcionários retornavam a seus jipes para a viagem de três horas de volta a Quito. Infelizmente, apesar da boa vontade e do dispêndio de enormes recursos nacionais e estrangeiros, a maioria desses programas fracassou e hoje resta pouca evidência de sua presença.

Apesar dessas experiências, o povo do Chimborazo não desistiu de suas esperanças freqüentemente expressas de um desenvolvimento de base amplo num contexto de justiça social. Os programas de base de maior êxito surgiram da própria província — de comunidades, federações e de organizações privadas de apoio com base urbana. No caso da *Unidad/SEV*, um grupo de indivíduos, muitos dos quais nascidos em aldeias indígenas, acreditava que podiam fazer melhor do que os estranhos. No correr dos anos, muitos participaram desses esforços iniciais e conheciam de primeira mão seus pontos fortes e fracos.

Em 1974, um pequeno grupo dessas pessoas formou a *Feria Educativa*, a fim de promover a revitalização cultural e os esforços de auto-ajuda entre os índios de língua quéchua em seu próprio idioma e em seus próprios termos. Após muito treinamento, refinamento e maturidade, a *Feria* começou a surgir como força importante no desenvolvimento em toda a província, facilitando uma ampla série de estratégias e metodologias que contrastam nitidamente com as tentativas anteriores.

Acima de tudo, a tarefa da *Feria* é conseguir comunicar-se com as comunidades indígenas, explicando o que é possível — e o que não é — no contexto de um programa mais amplo de desenvolvimento. Era compreensível que os camponeses do Chimborazo, há séculos no lado errado da conquista, reprimidos e explorados em suas relações com a fazenda e a cidade, fossem cautelosos em investir recursos limitados e energia social num outro esquema importado de cima e de fora de sua aldeia.

A *Feria Educativa* usa um método notavelmente diferente. Entra numa aldeia apenas a convite e lá é freqüentemente mantida como refém muito além da meia-noite. Os artistas da *Feria* — eles mesmos indígenas — usam roupas tradicionais, tocam música local, cantam em quéchua e fazem a platéia dançar. Só

depois de ganhar a confiança e quando as linhas de comunicação estão estabelecidas, os membros da *Feria* começam a incentivar as pessoas a identificar seus problemas mais importantes e a considerar as medidas concretas a serem tomadas para encontrar soluções viáveis. A *Feria Educativa* não oferece respostas e não faz sugestões diretas nem promessas sobre possibilidades de projetos específicos. Seus sociodramas e shows de marionetes tipicamente apresentam no palco um problema comum: analfabetismo, autoridades insensíveis, discriminação contra índios que migraram para as cidades, pobreza e falta de escolas e professores. Então, quase na metade do espetáculo, interrompem abruptamente e passam a palavra aos presentes, muitos dos quais já estavam comentando abertamente ou falando uns com os outros ou rindo em reconhecimento, às vezes desconfortavelmente, durante o espetáculo.

Às vezes, uma mulher propõe o estabelecimento de um mercado local semanal ou um homem pergunta como uma aldeia vizinha pôde começar uma padaria comunitária ou plantar árvores nos flancos de uma montanha. Frequentemente, contudo, as pessoas simplesmente discutem o espetáculo e como se assemelha às suas próprias experiências ou difere das mesmas. De acordo com a estratégia da *Feria*, esse reconhecimento coletivo de que os problemas estão enraizados na realidade local é requisito para fortalecer a decisão e conseguir a energia e criatividade necessárias para identificar e implementar soluções. Às vezes o consenso surge imediatamente. Mas, de modo geral, a visita da *Feria* é apenas o primeiro passo num longo processo de reflexão, crítica, formulação e planejamento.

Esse método democrático e não diretivo de ajudar as pessoas a analisar sua própria situação é aplicado por meio do uso da visão global da platéia, tendo-a cativado primeiro com suas próprias canções e danças. Isso exige mais do que conseguir a atenção da platéia. Implica ser capaz de ouvir novas idéias que surgem do próprio povo. O que torna o diálogo prático é a capacidade da *Feria* de falar o idioma local, usar símbolos locais, com um fluxo constante e mútuo de energia e humor. Conseguir isso é mais do que uma segunda natureza, é a primeira natureza — uma vez que todo membro da *Feria* nasceu e foi criado numa aldeia quíchua do Chimborazo. Eles não captam simplesmente a essência da população local, mas incorporam essa essência.

Os membros da *Feria* sabem implicitamente que oferecer sugestões pedânticas ou simplistas pode ser

ofensivo e levantar suspeitas sobre propósitos ocultos. Compreendendo que os camponeses geralmente sabem o que deve ser feito, embora não tenham idéias claras sobre o modo exato de fazê-lo, a *Feria* concentra seu trabalho em estratégias mais do que em metas específicas. E uma vez que a população local determina sua própria agenda, raramente tem de ser convencida a respeito dos programas. A procura de apoio para projetos da *Unidad/SEV* tem superado consistentemente os recursos disponíveis.

Embora os números por si só não possam descrever adequadamente o impacto da *Feria* sobre as comunidades do Chimborazo, trazem consigo sua marca especial. Basta considerar o seguinte:

- Quando a *Feria* foi formada em 1974, havia somente dois grupos musicais de camponeses na província que promoviam a música tradicional. Atualmente mais de 100 desses grupos estão compilando e preservando a música tradicional ou simplesmente a estão executando. Ao menos 12 deles foram formados por mulheres.
 - A própria *Feria Educativa* já realizou 10 programas de treinamento para jovens músicos, ajudou mais de 100 grupos musicais a se constituírem, patrocinou quatro festivais de música tradicional, gravou três fitas cassetes para venda na região, publicou um livro de canções e diversos panfletos sobre a história local e artes tradicionais, além de compilar e executar inúmeras músicas, adivinhações e danças.
 - Desde 1979, a *Feria* visitou mais de 750 comunidades em toda a província.
 - Esses contatos ajudaram a preparar o caminho para o trabalho local de alfabetização, que estabeleceu 1 050 centros comunitários de treinamento, conseguindo uma cobertura praticamente geral da província e tornando-se o programa desse tipo com maior êxito no Equador.
 - Graças ao trabalho promocional da *Feria*, a *Unidad de Educación para el Desarrollo* pôde estabelecer 32 padarias comunitárias e 45 oficinas dirigidas por artesãos, bem como ajudar as aldeias a construir 145 centros comunitários e plantar mais de 200 000 árvores em atividades de reflorestamento.
 - Essas comunidades unem-se para formar federações locais. Atualmente há nove, representando mais de 150 aldeias e organizações. Muitas dessas federações patrocinam suas próprias atividades de revitalização cultural e as complementam com treinamento, produção e desenvolvimento comunitário.
- Nem todas essas realizações podem ser creditadas unicamente ao trabalho da *Feria Educativa*. Por

outro lado, é difícil argumentar que teriam acontecido sem ela. De fato, em outras províncias não foram bem sucedidas.

Outros resultados do trabalho da *Feria* talvez não sejam tão quantificáveis mas, não obstante, são observáveis. Há dez anos as camponesas da Província de Chimborazo raramente ou nunca falavam em reuniões públicas, e até cinco anos atrás, nunca tocavam instrumentos musicais em qualquer local. Agora as mulheres estão falando cada vez mais nas reuniões e diversos grupos musicais femininos foram constituídos com a ajuda da *Feria* (ver página 34). Em contraste com o passado, os camponeses agora expressam regularmente orgulho em sua língua nativa e querem programas de alfabetização e escolarização tanto em espanhol como em quéchuá. Os líderes da comunidade, que antes encaravam com suspeita os programas anteriores de desenvolvimento, agora se apinham nos escritórios do SEV, especialmente nos dias de mercado, para apresentar pedidos datilografados para terem um professor, um programa de treinamento ou recursos para plantar em terras comunitárias, construir um centro da comunidade ou reflorestar os flancos de uma montanha que sofreram erosão.

Ao ajudar a motivar essas mudanças, a própria *Feria* sofreu modificações. Duplicou o número de seus membros de seis para doze, dois dos quais são mulheres cuja presença como porta-vozes do grupo tem tido impacto simbólico significativo sobre as mulheres de toda a província. Muitos dos artistas que participaram do grupo como estudantes adolescentes assumiram agora responsabilidades adicionais ou passaram para outros cargos relacionados com o desenvolvimento de camponeses. Um é professor de escola primária, outro é autoridade municipal e líder de federação e ainda outro é diretor de um importante programa de desenvolvimento. E a procura dos serviços da *Feria* aumentou. Tanto para treinamento como para espetáculos, tanto nas cidades como no campo.

A história da *Feria*, com a música e dança que executa, tem geralmente registrado progresso mas também teve seu quinhão de dilemas e desapontamentos. A mensagem e estilo da *Feria* não foram universalmente aceitos. Uma vez, um espetáculo num teatro de Quito foi repentinamente interrompido por ser "inadequado" para um tal ambiente. Em outra ocasião, uma autoridade provincial reclamou que se estava permitindo aos índios dirigir suas atividades de desenvolvimento. Toda essa oposição

tem sido esporádica e, em última análise, ineficiente. Outras pressões sociais mais sutis tiveram maior impacto: o passar dos anos tem visto os homens da *Feria* usarem cada vez menos o poncho e o grupo começou a afastar-se da música tradicional, preferindo tocar mais segundo o modelo de músicas de protesto moderno, populares em toda a América Latina.

A *Feria Educativa* também teve de resistir a pressões políticas e comerciais. Muitos gostariam de lucrar com um grupo e método que conquistaram com tanto êxito a confiança e o ouvido dos camponeses ou de co-patrocinar esse grupo. Como entidade, a *Feria* evitou escrupulosamente a política partidária. Até agora também recusou ofertas para gravar sua música unicamente com fins lucrativos e profissionalizar-se. Seus membros decidiram continuar suas atividades de desenvolvimento de base e estão usando suas fitas e panfletos para aumentar seu potencial de autofinanciamento.

Ironicamente, o maior desafio a ser enfrentado pelo grupo talvez seja seu próprio êxito na promoção do desenvolvimento de base. O tempo e interesse que os membros vêm recentemente aplicando na preparação de funções mais amplas, como administradores de projetos no programa de desenvolvimento do SEV, tornaram o grupo mais burocrático e mais voltado para si próprio. Houve uma época em que o desafio de tornar-se especialistas em desenvolvimento os levou a um ponto em que quase pararam inteiramente de tocar. Numa tentativa de equilibrar os dois papéis, arriscam-se a não fazer bem nem uma coisa nem outra. A solução talvez seja o surgimento de novas feiras, talvez entre os diversos músicos e grupos que *Feria Educativa* treinou no nível local.

Entretanto, a idéia de usar a cultura como instrumento do desenvolvimento não se limita à *Feria* nem ao Chimborazo. Em outros ambientes, grupos culturais semelhantes foram formados independentemente entre a população negra do Vale Chota, no norte do Equador, e na *Sociedad de Sordos Adultos*, de Quito.

Independentemente do que acontecer à *Feria* original, ela continuará a ser uma fonte rica de idéias e de apoio embrionário dos camponeses aos programas locais de desenvolvimento tanto no nível comunitário como federativo. Demonstrando continuamente seu estilo de participação, construção e criação, muito fez para promover a organização das comunidades distantes e entre as mesmas. A revitalização da identidade e o orgulho indígenas, tem sido um meio cultural de promover os objetivos do

desenvolvimento, bem como uma meta cultural em si própria. Talvez mais importante ainda tenha sido o exemplo para todos os habitantes do Chimborazo

e do Equador do que os indígenas podem realizar ao voltar-se para seus próprios recursos internos e herança cultural.

CHUCK KLEYMEYER, doutor em estudos de desenvolvimento pela Universidade de Wisconsin, é representante de campo da Fundação Interamericana na região andina desde 1979. Está atualmente escrevendo um livro sobre o relacionamento entre expressão cultural e desenvolvimento de base. CARLOS MORENO, ex-diretor da Unidad de Educación para el Desarrollo e atualmente assessor do Servicio Ecuatoriano de Voluntarios-Chimborazo, foi um dos fundadores da FERIA EDUCATIVA.

Iguais a nós

Numa fria noite enluarada, numa remota aldeia de pastores no sul de Chimborazo, nós nos abaixamos sob um telhado de sapê de uma escola de adobe para passar por uma porta pequena. Num único cômodo, à luz bruxoleante de uma velha lanterna Petromax, o chão de terra batida estava liso pelo pisar dos pés descalços. Cumprimentamos o grupo de estudantes de alfabetização de adultos, sentado em bancos de madeira, e contamos 17 mulheres, muitas das quais carregando crianças nas costas, envoltas em cobertores tecidos à mão. Havia oito homens, a maioria com mais de 50 anos. Todos os rostos que nos olhavam mostravam o cansaço do dia de trabalho no campo e em casa.

Vimos a este punhado de cabanas, situadas na parte alta de um declive dos Andes, para saber por que um centro de treinamento bilíngüe de alfabetização de adultos tinha sido formado em lugar tão isolado e destituído de outros serviços e infra-estrutura. A treinadora, membro da mesma comunidade, explicou:

"Há alguns meses, um grupo de músicos indígenas, a *Feria Educativa*, passou por aqui. Deram espetáculo nesta sala. Suas histórias e música fizeram-nos refletir sobre nossa vida, realidade e necessidades. Quando partiram, a comunidade me pediu para ensinar a ler e a escrever e a organizar-nos para melhorar as condições de vida, tanto para nós como para nossos filhos."

Depois perguntou-nos se gostaríamos de ouvir música. Rapidamente concordamos e alguém saiu para buscar um grupo de sete mulheres jovens, nenhuma delas com mais de 18 anos. Timidamente, alinharam-se à nossa frente e tiraram instrumentos simples de debaixo do xale. Tambores, tamborins e maracas. Ao sinal de uma das jovens, começaram num só ímpeto a tocar e a cantar em voz alta e clara. Desempenharam-se com uma tal vivacidade que mantivemos nossos olhos presos em seu rosto, esquecendo-nos das mãos e pés frios e do estômago vazio. No aglomerado de gente, vimos costas se apurando e olhos brilhando. Todo rosto na sala resplandescia de orgulho.

Quando terminaram, todos aplaudiram entusiasticamente. Insistimos em que cantassem novamente e assim fizeram, tocando as mesmas canções. Mais aplausos adoçados dessa vez com sorrisos. Ao trazerem e passarem uma panela fumegante de batata, fizemos a pergunta inevitável de todo visitante: "Como se formou o seu grupo?"

A líder riu nervosamente e disse: "Alguns músicos passaram por nossa aldeia e nos ajudaram." "Como se chamavam?" perguntamos. "A *Feria Educativa*?" "Chamavam-se María", respondeu ela, "e Paulina". E acrescentou: "Eram mulheres quéchuas. Iguais a nós."

—C.K. e C.M.

FORUM

O que aconteceu à educação não-formal?

Suzanne Kindervatter

O desenvolvimento, como a maioria das outras disciplinas, está sujeito a excentricidades periódicas. A biblioteca de livros e artigos sobre educação não-formal (ENF) que colecionei nos meados da década de 70, quando um debate acalorado sobre o assunto grassava entre planejadores e programadores do desenvolvimento, está agora acumulando poeira nas prateleiras. O debate morreu e com ele, alguns poderiam argumentar, também a educação não-formal.

A meu ver, a conclusão é prematura. Embora a ENF seja menos visível, continua a exercer profunda influência sobre o pensamento e a prática do desenvolvimento.

ROMPENDO O MOLDE SETORIAL

A educação não-formal desenvolveu-se, em grande parte, como resposta ao fato de as escolas não tornarem as oportunidades educacionais disponíveis e significativas às populações de baixa renda. O pensamento inicial sobre as ENF abrangia uma série de atividades relacionadas com o desenvolvimento rural. Entretanto, o termo eventualmente se vinculou ao conceito de adultos analfabetos e jovens que estão fora da escola e pode indicar divisão ou departamento de um ministério da educação.

Oculto nesse enfoque setorial há o potencial real da educação não-formal de servir como veículo para todos os tipos de atividade de desenvolvimento. Minha opinião sobre o funcionamento da ENF — as pessoas definindo suas necessidades e empreendendo ações para atendê-las — não somente é boa educação mas também bom desenvolvimento. Os esquemas agrícolas e os programas de habitação devem levar em consideração o que motiva as pessoas e como podem empenhar-se na mudança da situação pessoal e de sua comunidade.

Minha experiência com programas de auto-

emprego para mulheres de baixa renda na América Central e na África ilustra esse processo. Por meio de materiais especialmente formulados para pessoas com nível de alfabetização mínimo e mediante uma pedagogia que ressalta a apresentação de problemas e aprendizagem na prática, as mulheres desses programas familiarizaram-se com planejamento e administração empresarial, melhoraram seus métodos de produção e adquiriram uma compreensão do modo de conseguir e manter acesso ao crédito. Algumas das técnicas aprendidas eram bastante sofisticadas. Por exemplo, os participantes aprenderam como executar estudos de viabilidade, desenvolvendo suas capacidades não somente para calcular despesas e receitas dos projetos mas reforçando sua capacidade de administrar sua própria microempresa.

Com o correr do tempo, encontrei uma rica variedade de programas técnicos — desde um projeto de saúde no Sri Lanka à criação de porcos em Honduras, à agro-silvicultura na Somália — todos eles usando a educação não-formal como instrumento eficiente. Seja qual for o enfoque técnico específico em questão, sempre fiquei impressionada com o alto nível de energia e envolvimento dos participantes.

AQUISIÇÃO DE TÉCNICAS PARA PARTICIPAÇÃO EFICIENTE

O legado de Paulo Freire à ENF foi enorme e a aplicação de suas idéias evoluiu constantemente. Freire sempre ressaltou a integração da conscientização e ação mas os primeiros intérpretes de suas idéias tendiam a destacar o primeiro passo — "promoção da conscientização crítica". Hoje os programas vão além da "conscientização", a fim de promover as aptidões necessárias para solucionar os problemas uma vez analisados.

O *Programa de Educación por la Participación* (PEP) da Costa Rica, Guatemala e Honduras é um

bom exemplo. O PEP, patrocinado pela *OEF International* (ex-*Overseas Education Fund*), trabalha com organizações comunitárias mobilizadas para melhorar os serviços sociais, proteger os direitos da terra ou tratar de determinada questão local. Os programas de treinamento prestam assistência aos grupos no exame de seus problemas em profundidade, na formulação de estratégias e planos de ação e os executam. Nesse processo, os participantes aprendem técnicas de promoção, tais como usar os meios de comunicação em campanhas de informação pública e fazer *lobby* junto a instituições e representantes governamentais para conseguir recursos ou examinar reivindicações. O programa não somente reforça a infra-estrutura e eficiência das organizações locais mas também promove a autovalorização individual e comunitária.

RESPONSABILIDADE DA ENF

Há vários anos, uma participante de um programa de educação comunitária com quem trabalhei na Tailândia descreveu o impacto profundo da ENF em sua vida, ao dizer: "Eu agora gosto de acordar de manhã." Naquele tempo, essas mudanças na auto-estima eram freqüentemente consideradas como fins em si mesmas. Mais recentemente, como a preocupação com o custo-eficiência é um dos elementos de destaque na mente dos doadores, o pêndulo moveu-se na outra direção. Uma auto-estima maior é agora considerada como "frouxa" ou realmente sem importância.

Em minha experiência, não se trata de uma alternativa mas de uma progressão em que o maior sentido de eficiência pessoal é um requisito para em-

prender medidas a fim de melhorar a própria vida.

Sem dúvida, dada a tendência atual de valorizar o que se pode medir, temos de criar melhores formas para documentar as conquistas no campo das atitudes individuais e relacionamentos sociais. Esses esforços já estão em andamento, um deles empreendido pela organização voluntária privada *Small Enterprise Education and Promotion Network* — *SEEP* (Rede de Educação e Promoção de Pequenas Empresas), que recentemente redigiu um manual sobre avaliação de programas de pequenas empresas. Uma grande parte desse livro estuda o uso de indicadores específicos e instrumentos para avaliar as conquistas sociais, inclusive "mudanças nas relações de funções", "a capacidade de trabalhar em conjunto como grupo" e o grau de "influência sobre os sistemas que causam a pobreza".

Ao procurar medir a utilidade da ENF, é conveniente manter em mente as palavras de um microempresário do Sri Lanka, que participou de um programa com base em métodos de educação não-formal. "O programa não surgiu como a época de chuvas, inundando-nos rapidamente e desaparecendo repentinamente. Foi como uma chuva suave, constante e penetrante. Nunca esqueceremos o que aqui aprendemos."

O que eu presenciei me convenceu de que o "desaparecimento" da ENF é apenas uma ilusão ótica. Desapareceu como uma coqueluche e foi absorvida na corrente principal das atividades de desenvolvimento e na vida de seus participantes. O desafio que permanece é aperfeiçoar e aproveitar o que foi aprendido, de forma que a ENF se torne mais amplamente reconhecida como instrumento essencial e eficiente do desenvolvimento de base.

SUZANNE KINDERVATTER tem doutorado em pedagogia em educação não-formal pela Universidade de Massachusetts. Publicou diversos artigos e manuais sobre educação não-formal e é autora de *Nonformal Education as an Empowering Process*. É atualmente diretora de serviços técnicos da *OEF International*.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente as da Fundação Interamericana. Os editores de *Desenvolvimento de Base* convidam os leitores a enviarem colaborações.

A MARCHA DO DESENVOLVIMENTO

AS MICROEMPRESAS SÃO UM FIM EM SI MESMAS?

Os projetos produtivos, que geram emprego e renda para as pessoas carentes, são praticamente um dogma de fé inquestionável no desenvolvimento de base. De fato, a idéia de possibilitar às pessoas carentes ganhar algum dinheiro com o qual assegurar melhor sua sobrevivência e talvez até mesmo sair da pobreza e passar para uma classe econômica mais alta, parece incontestável. O provérbio "dê ao homem um trabalho e o resto se arranjará por si próprio" parece mais verdadeiro agora do que nunca.

Mas o "resto" realmente se arranjará por si só? Os projetos produtivos são em si mesmos uma estratégia suficiente para resolver a série complexa de problemas que enfrentam as pessoas de baixa renda? Ter mais dinheiro também abrirá acesso à habitação, serviços de saúde e oportunidades educacionais?

Infelizmente, a resposta não pode ser um "sim" ou "não" taxativo mas somente um "talvez". As pessoas de baixa renda não somente têm falta de dinheiro. Pior ainda, não têm capacidade de conseguir os serviços vitais e moldar seu meio ambiente. Dada essa realidade, as perguntas a serem feitas são as seguintes: quando e como os projetos produtivos ajudam as pessoas a ter controle real sobre sua vida e quando as tornam ainda mais impotentes?

Precisamente com essas preocupações em mente, um grupo de 20 organizações não-governamentais (ONG) brasileiras reuniu-se na cidade de Carpina, no Nordeste do Brasil, num seminário de quatro dias em março de 1988. Essa reunião, patrocinada pela Fundação Interamericana, fora planejada por um grupo de trabalho de representantes de cinco organizações brasileiras com longa experiência em desenvolvimento comunitário. Em conjunto, identificaram seis áreas de discussão, cada qual introduzida e colocada em seu devido contexto pelos participantes do seminário, especialmente escolhidos por seu conhecimento sobre os seguintes temas:

- contribuição das atividades produtivas para o processo de desenvolvimento comunitário;
- relação entre atividades produtivas e educação popular;

- atividades produtivas realizadas por mulheres e jovens;
- impacto das atividades produtivas sobre as organizações executoras;
- reflexões sobre o panorama econômico brasileiro e o papel dos projetos produtivos de pequena escala;
- estudos de experiências em evolução — dificuldades, sucessos, fracassos, características regionais e perspectivas futuras.

Como as ONG participantes eram representadas por pessoal de campo experiente, as discussões basearam-se em casos concretos em vez de especulação teórica. Várias regiões do Brasil estavam representadas — do Piauí ao Rio Grande Sul — possibilitando a interfertilização de idéias entre grupos que trabalham em diferentes contextos sócio-econômicos. Embora variem as atividades específicas de cada ONG, a maioria dos representantes justificou os seus projetos produtivos como ponto de início necessário para esforços de desenvolvimento comunitário de base mais ampla. A geração de renda, por mais modesta, cria uma base material para libertar as pessoas carentes das formas mais imediatas de exploração econômica, do paternalismo político e, especialmente no caso da mulher, do domínio social. Os projetos produtivos não devem ser somente economicamente bem sucedidos mas também envolver as pessoas de baixa renda num processo educacional que reforça a auto-suficiência e a autoconfiança.

Ao encerrar o seminário, os participantes decidiram criar uma estrutura informal para acompanhar muitas das valiosas recomendações adotadas. Seis representantes foram eleitos para constituir uma comissão encarregada do estabelecimento de mecanismos para os intercâmbios em andamento e de uma rede entre as ONG brasileiras interessadas, do levantamento das diversas fontes de apoio financeiro interno para atividades produtivas, bem como da publicação de um boletim.

—Bradford Smith

PROMOÇÃO DO PROGRESSO ECONÔMICO

Quinhentos anos após a viagem de Colombo ao Novo Mundo, o povo espanhol novamente terá novas razões para celebração. O ano de 1992 não somente assinala o fim da admissão da Espanha na Comunidade Econômica Européia mas também trará as Olimpíadas de Verão a Barcelona e a Feira Mundial a Sevilla. E a economia do país — outrora lenta — está crescendo quase duas vezes mais rapidamente do que o restante da Europa.

O espírito de rejuvenescimento reflete-se no plano do governo de triplicar o orçamento de assistência externa para quase US\$ 1 bilhão em 1992, a maior parte destinada à América Latina e uma percentagem menor à África. Embora o aumento pareça quixótico à luz dos problemas econômicos e sociais que afligem o país há tanto tempo, a Espanha está na sua posição mais forte em décadas para oferecer tal assistência. Com uma economia em franco progresso e uma nova tradição de democracia estável, a Espanha está renovando confiantemente suas relações culturais e econômicas com os países latinos. Felipe González, Primeiro Ministro Socialista da Espanha, considera o aumento de assistência como oportunidade de "diminuir a temperatura política na América Latina, promovendo o progresso econômico da região".

A tarefa atual é formular uma estratégia abrangente para a prestação de assistência. Alvaro Rengifo, economista do Departamento de Comércio da Espanha, concluiu recentemente um estágio de cinco meses na Fundação Interamericana destinado a ajudá-lo em sua função de arquiteto desse plano. Ao mesmo tempo, Rengifo terminou um curso na *Johns Hopkins School for Advanced International Studies* em Washington, D.C., graças a uma bolsa de estudo Fulbright concedida em virtude de sua proposta singular de ajudar a Espanha a intensificar seus esforços de desenvolvimento no exterior. Escolheu a cidade de Washington para combinar a experiência de primeira mão em diversas organizações de desenvolvimento com o curso universitário sobre desenvolvimento econômico e mudança social, inexistente na Espanha.

Durante sua estada na Fundação Interamericana,

Rengifo trabalhou lado a lado com nossa equipe — ajudando os representantes de campo a preparar revisões de projetos, participando de avaliações semi-anuais de carteiras de país e elaborando histórias de projetos. Para equilibrar sua experiência, Rengifo fará estágio em outras organizações de desenvolvimento, como o Banco Mundial e a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos. Esse trabalho será seguido de uma estada na Costa do Marfim, onde trabalhará como Comissário de Comércio Espanhol.

O desejo de Rengifo é claro e constante: "Na Espanha há falta de qualquer espécie de tradição de desenvolvimento e uma atitude cética com relação à filantropia. Geralmente estamos mais inclinados a manter vínculos políticos com as antigas colônias. O aumento da ajuda externa é também requisito para entrada na Comissão de Assistência para o Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que possibilitará nossa atualização com relação ao restante da Europa, como vimos tentando fazer desde nossa entrada na CEE. Minha meta é familiarizar-me, tanto quanto possível, com o desenvolvimento do Terceiro Mundo, a fim de ajudar outras pessoas a facilitar esse processo".

—Allison Lange

DEZ ANOS APÓS ALMA ATA

Há dez anos, representantes de 150 países reuniram-se em Alma Ata, pequena aldeia da União Soviética, para participar de discussões que deram origem ao primeiro movimento de serviços básicos de saúde. Adotando o slogan ambicioso "Serviços de Saúde para Todos no Ano 2000", a conferência decidiu que "os princípios de equidade, acesso, eficiência, possibilidade financeira e participação comunitária devem orientar as políticas sanitárias, programas e destinação de recursos".

Mais de 1 300 profissionais do campo sanitário reuniram-se em maio de 1988 em Washington, D.C. para reafirmar essas idéias na Décima Quinta Conferência Sanitária Internacional do Conselho Nacional de Saúde Internacional — "Dez Anos Após Alma Ata: Progresso Sanitário, Problemas e Prioridades

Futuras". Em exposições, seminários e mesas-redondas durante a conferência de três dias, especialistas de todo o mundo discutiram uma série ampla de temas — de pesquisa, tecnologia e educação em serviços sanitários básicos à medicina tradicional, ao impacto da AIDS.

A busca de soluções não se limitou a novas tecnologias promissoras; ressaltou também a importância de redefinir os papéis sociais a fim de fazer os serviços sanitários básicos funcionarem com maior eficiência. De acordo com Sandra Huffman do *Center to Prevent Childhood Malnutrition* (Centro para Prevenção da Desnutrição Infantil), "a fim de conseguir os serviços sanitários para todos no ano 2000, a mulher deve compartilhar responsabilidades, cargos chave de decisão e serviços em pé de igualdade com o homem. Indubitavelmente, a solução exige uma abordagem política nos mais altos níveis de governo, havendo participação da mulher no estabelecimento de prioridades e implementação de programas".

Citando o trabalho desse Centro com organizações não-governamentais em Lima, Peru, no combate à pobreza e problemas sanitários entre residentes de favelas urbanas, Huffman ressaltou a importância de organizar cozinhas de bairro e creches para melhorar a dieta, reduzir despesas, gerar fundos para melhoramento de bairro, aumentar a capacidade da liderança indígena e melhorar a situação da mulher. Huffman assinalou que no Peru, como na maioria dos países latino-americanos, "programas de serviços de saúde à infância, patrocinados pelo governo, são limitados e poucos se destinam a atender às necessidades da mulher trabalhadora, especialmente a de baixa renda. Os centros comunitários podem ser alternativa adequada que poderá levar a melhoramentos na saúde infantil, permitindo ao mesmo tempo às mães renda maior para ajudar a família a sobreviver".

Em seu discurso de encerramento, o Dr. Halfdan Mahler, Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, confirmou a importância da participação mais ampla, afirmando: "O maior desafio enfrentado pelas pessoas que trabalham em desenvolvimento é formular um credo de saúde com base na justiça social. Não se necessita de mais tecnologia mas de aplicação mais ampla da tecnologia existente." Houve acordo generalizado entre os participantes da

conferência no sentido de que uma política sanitária bem sucedida deve permitir aos grupos mais carentes promover sua própria saúde e incluir a mulher no processo de desenvolvimento.

— Catherine M. Sarri

SEMINÁRIO GLOBAL SOBRE DESENVOLVIMENTO DE ALDEIA

O *Ghost Ranch* em Abiquiu, New Mexico, foi o ambiente ideal para o segundo Seminário Anual Peter van Dresser sobre Desenvolvimento de Aldeia. Conhecido principalmente por suas atividades de ensino a adultos, esse rancho é também um importante centro regional de apoio às comunidades do Norte de New Mexico, colocando suas pastagens à disposição para forragem de inverno, ajudando os residentes da área a conseguir direitos de terra e água e patrocinando o *High Desert Research Center* (Centro de Pesquisas do Grande Deserto) para preservar e melhorar as espécies adaptadas a áreas de altitude elevada, onde a água é escassa e o solo é pobre.

Destacando os dilemas das comunidades em desenvolvimento em todo o mundo — do Norte de New Mexico ao distante Himalaia — o Seminário van Dresser deste ano atraiu grande número de especialistas em desenvolvimento comunitário e financiadores do mesmo, jornalistas, professores universitários e especialistas em tecnologia apropriada, numa discussão intensa de três dias. A oradora principal, Helena Norberg-Hodge, sueca que viveu oito anos nos vales do Himalaia perto de Ladakh, colocou esses problemas em perspectiva proporcionando um quadro ricamente ilustrado do que acontece quando uma sociedade tradicional é inundada por uma onda de "desenvolvimento", quando saltos dos indicadores estatísticos, como o PIB, são erroneamente interpretados como melhoramento da qualidade de vida, seja qual for o custo para as culturas e ecologias locais.

Uma série de exposições curtas sobre programas de crédito controlados por comunidades, turismo e energia solar, bem como outras tecnologias alternativas, foi seguida de grupos de estudo em profundida-

de sobre quatro temas sugeridos pelos participantes: financiamento do desenvolvimento com base na aldeia, impacto e ética do turismo, participação no processo de desenvolvimento e estratégias de ação comunitária nos Estados Unidos. A mesa-redonda de financiamento ressaltou a importância de gerar recursos locais e encontrar financiamento privado em vez de depender reflexivamente da assistência governamental para o capital inicial. O grupo-tarefa sobre turismo sugeriu que para medir as compensações entre a geração de novos empregos e a erosão da integridade cultural é necessário fazer perguntas difíceis: quem paga, quais são os benefícios, o que se ganha e o que é tirado? O Taos Pueblo e o Reino de Bhutan foram citados como exemplos contrastantes de como comunidades de tamanho diferente podem controlar beneficentemente os termos do comércio turístico.

O grupo de estudo sobre participação examinou o que incentiva e o que refreia a participação comunitária. Embora aplaudindo a atenção crescente sobre essa questão demonstrada pelos profissionais em desenvolvimento, a mesa-redonda recomendou cautela diante da suposição de que a participação total é apropriada a todas as fases e tipos de projetos. Os estilos de liderança e níveis de participação variam com as tarefas específicas a serem realizadas.

A mesa-redonda sobre estratégias de desenvolvimento nos Estados Unidos ressaltou a necessidade de "agir no local", procurar iniciativas comunitárias que sejam auto-suficientes e auto-sustentáveis. Ao destacar a importância de substituir a mentalidade de concorrência por uma de ajuda mútua e cooperação, as discussões também deram ênfase à importância de estabelecer redes e vínculos para apoiar as iniciativas locais.

— *Marion Ritchey Vance*

FOCALIZANDO A BASE

"Quando se tem visão panorâmica, nem sempre se pode ver a grama, muito menos as raízes. Para isso é necessário um olho de minhoca", disse Muhammad Yunus, fundador e diretor-gerente do Grameen Bank de Bangladesh. Em seu discurso na

conferência anual de 1988 do setor de Washington da *Society for International Development* — SID (Sociedade de Desenvolvimento Internacional), Yunus lembrou os acadêmicos e especialistas em desenvolvimento participantes que os problemas simples frequentemente se tornam complicados quando os encarregados de resolvê-los estão demasiadamente afastados da realidade local. "As soluções devem vir das pessoas", ressaltou ele.

Intitulada "Aprendendo da Base", a conferência de abril reuniu expositores e participantes de organizações grandes e pequenas de desenvolvimento e assistência dos Estados Unidos e do exterior, oferecendo a estudantes secundários da área a oportunidade de familiarizar-se com os países em desenvolvimento. A interação entre expositores e participantes foi dinâmica, provocando discussões sobre técnicas de solução de problemas em diversos cenários, papel do desenvolvimento de base na relação entre o Norte e o Sul e a relação entre doadores e beneficiários.

O Grameen Bank, recentemente aclamado como modelo de fornecimento de crédito a pessoas de baixa renda, foi uma das diversas organizações de base que compartilharam seus métodos com financiadores tradicionais do desenvolvimento. Setenta e cinco por cento desse banco é de propriedade dos mutuários e concede empréstimos pequenos e a curto prazo a pessoas sem acesso prévio ao crédito. Muitos outros grupos participaram de uma sessão inovadora intitulada "Intercâmbios com a Base", organizada por estudantes do Programa de Estudos de Desenvolvimento da American University. Uma mesa-redonda reuniu participantes face a face com representantes da *Highlander Research and Education Center* para discutir seu trabalho em educação e treinamento na região das Montanhas Appalachia. Outras mesas-redondas examinaram as atividades de educação em desenvolvimento nos Estados Unidos e acompanharam o progresso de uma federação boliviana de cacau subvencionada pela Fundação Interoamericana.

O número especial do boletim da SID inclui um resumo da conferência. Remeter pedidos à SID, 1401 New York Avenue, N.W., Suite 1100, Washington, D.C. 20005.

— *Anna M. DeNicolo*

LIVROS

INDIGENOUS PEOPLES AND TROPICAL FORESTS: MODELS OF LAND USE AND MANAGEMENT FROM LATIN AMERICA, de Jason W. Clay. Cambridge, Massachusetts: Cultural Survival Report N° 27, 1988.

Dominique Irvine

Este livro afirma que os indígenas devem ser levados a sério na formulação de novas estratégias para o uso da terra nas florestas tropicais da América Latina, não só por causa de seu conhecimento dos ecossistemas específicos mas como sócios na formulação de projetos de desenvolvimento. Ao apresentar esse argumento, o autor confirma os alertas de outros técnicos de que a pilhagem das florestas tropicais para obter lucro a curto prazo é uma estratégia de visão curta. Na busca de uma solução rápida para seus problemas financeiros e sociais prementes, os governos latino-americanos estão em perigo de hipotecar o futuro de seus países, um futuro que depende de encontrar novas soluções para um uso sustentável das florestas.

Jason Clay, diretor de pesquisa da *Cultural Survival*, organização privada que apóia atividades em prol dos indígenas e das minorias étnicas em todo o mundo, sugere que a administração de recursos indígenas pode proporcionar base para o desenvolvimento adequado de estratégias de uso da terra nos trópicos úmidos. Entretanto, ele vai além de soluções puramente tecnológicas, destacando a importância de compreender o problema em seu contexto político e social. Ressalta que os indígenas devem manter o controle de seus recursos, a fim de incentivar as estratégias de conservação e uso sustentável da terra.

De acordo com Clay, os indígenas, com séculos de experiência de vivência nas florestas tropicais, são a melhor fonte de informação sobre novas alternativas para o desenvolvimento, tanto para si mesmos como para os colonos não familiarizados com os ecossistemas silvestres. Entretanto, essa mensagem não é proclamada com entusiasmo irrestrito. Primeiro, Clay adverte que a transferência direta dos sistemas de administração de recursos indígenas para os colonos talvez não seja possível, porque esse conhe-

cimento é inerente a sistemas culturais e sociais mais amplos. Segundo, adverte que não devemos romantizar o relacionamento entre os indígenas e seu meio ambiente. Os índios não são conservadores no sentido ocidental; é preciso examinar as condições em que eles conservarão e não conservarão seus recursos. A autonomia e controle indígenas são partes importantes desse processo. Finalmente, recomenda que os pesquisadores dispensem mais atenção a suas próprias metodologias. A necessidade de demonstrar responsabilidade aos indígenas talvez requeira uma reformulação da forma em que a pesquisa é normalmente realizada. Os pesquisadores devem não somente incluir indígenas como sócios em seu trabalho de pesquisa: precisam também compreender a necessidade de possuir título da terra como o primeiro passo na formulação de estratégias alternativas.

O livro divide-se em duas partes principais. A primeira examina as principais estratégias do uso de recursos empregadas pelos indígenas nos neotrópicos e discute modificações que eles estão introduzindo para aumentar sua renda, mantendo ao mesmo tempo a base de recursos. O autor sugere prioridades de pesquisa no uso do conhecimento tradicional para desenvolver modelos de administração adequados às populações tanto indígenas quanto de colonizadores.

Apesar dessa ênfase no uso de modelos indígenas para reformular nosso raciocínio sobre a administração das florestas tropicais, Clay usa a classificação padrão do uso de terra indígena — extração, caça, pesca e agricultura nômade e permanente — em sua argumentação. Essa técnica obscurece o impacto que os indígenas têm como administradores da floresta, algo que impregna a discussão mas não é destacado. A extração, caça e agricultura, por exemplo, não são estratégias isoladas mas estão intrinsecamente vinculadas como fases e intensidades diferentes de um sistema geral de administração da terra. De fato, pesquisas recentes vêm modificando nossa visão a respeito do papel ativo que os indígenas representam na administração de seus recursos. Essa idéia está disseminada em toda esta parte do livro e voltam a ser discutidas quando o autor examina o modo como os indígenas usam "unidades de recursos naturais e modificados". No entanto, não se dá

ênfase ao processo mais amplo de administração que vincula partes diferentes do ecossistema florestal a diferentes atividades de subsistência.

A segunda parte do livro estuda três casos para argumentar que os indígenas devem controlar seus próprios recursos e o processo de adaptação dos sistemas tradicionais de administração às economias monetárias. O caso dos índios Kuna, no Panamá, e dos Awa, na fronteira do Equador com a Colômbia, ressaltam a importância de que eles controlem seus próprios territórios a fim de preservar as bases de seus recursos. O caso do CRIC, conselho indígena de Cauca, na Colômbia, destaca a necessidade de que eles controlem os projetos de desenvolvimento na definição das metas e na realização de atividades de treinamento a fim de que esses projetos sejam sustentáveis. Tais exemplos reforçam o argumento de que garantir aos indígenas os direitos da terra incentiva a conservação das florestas tropicais. Considerando os resultados deploráveis de outras abordagens, essa proposta merece séria consideração.

DOMINIQUE IRVINE tem doutorado em antropologia pela Stanford University e mestrado em silvicultura e estudos ambientais pela Yale University. Atualmente é bolsista de estudos pós-doutorais no Smithsonian Tropical Research Institute e está fazendo pesquisas de campo sobre administração de recursos entre os índios das terras baixas da região amazônica equatoriana.

NATURAL RESOURCES AND ECONOMIC DEVELOPMENT IN CENTRAL AMERICA, de H. Jeffrey Leonard. New Brunswick, New Jersey: Transaction Books, 1987.

Mac Chapin

Para os que crêem que a solução dos problemas da América Central pode ser encontrada influenciando os sistemas políticos ou simplesmente aumentando o financiamento da assistência para o desenvolvimento, *Natural Resources and Economic Development in Central America*, de H. Jeffrey Leonard, será um choque e não muito agradável. Este livro leva o leitor além da superfície dos acontecimentos, até a

camada subjacente aos distúrbios políticos e econômicos dessa região. Cuidadosamente calculada, sua avaliação da rápida deterioração da base de recursos naturais da América Central, enquadrada no contexto do "desenvolvimento" econômico, evidencia os prejuízos já causados e ressalta a urgência de encontrar soluções adequadas.

O livro faz o primeiro estudo analítico da América Central como unidade geográfica, social e econômica, reunindo informação correlata sobre a situação atual dos recursos naturais, atividades agrícolas, saúde, nutrição e outros setores. Embora a tremenda diversidade da região possa fazer as generalizações parecerem forçadas, a estratégia de Leonard permite organizar a informação com base em temas (padrões do uso da terra, desenvolvimento da pesca, erosão do solo, uso de pesticidas, etc.), possibilitando apontar tendências, problemas endêmicos e relacionamentos significativos. Os volumes de dados estatísticos que ligam esses temas são complementados, em intervalos, por discussões extremamente úteis (especialmente de não-especialistas) sobre temas como dinâmica e implicações da deterioração das vertentes, efeitos do desflorestamento sobre espécies migratórias, bem como padrões e consequências da colonização em áreas de fronteira. Citações copiosas e bem organizadas no texto levarão os leitores interessados a trabalhos mais especializados sobre os diversos temas resumidos.

Uma das contribuições mais importantes do livro é mostrar, por meio de documentação extensa, a vinculação inextricável entre administração de recursos naturais e produtividade. À luz das provas aqui apresentadas, o fato de não compreendermos essa vinculação, algo que persistiu durante a verdadeira explosão de esquemas de desenvolvimento mal orientados dos últimos 30 anos, é tanto trágico como frustrante. "Mais do que qualquer outro fator", escreve Leonard, "... a destruição de recursos renováveis essenciais em toda a América Central é indício de que o assim chamado desenvolvimento, que vem ocorrendo nas últimas décadas, se baseou numa exploração altamente ineficiente e perdulária desses recursos, em vez de fundamentar-se em aumentos da produtividade econômica."

Natural Resources and Economic Development in Central America procura ser o primeiro passo para en-

contrar um caminho melhor. Foi escrito tendo em mente os altos escalões dos formuladores de política e deseja incentivar a discussão sobre programas existentes, a fim de influenciar atividades futuras promovidas e financiadas por organizações, como a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial. Financiado pela USAID, o estudo de Leonard foi realizado pelo *International Institute for Environment and Development* – IIED (Instituto Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento) e baseia-se, em parte, nos *Country Environmental Profiles* (Perfis do Meio Ambiente de Países) da USAID para sete países centro-americanos. Nesse contexto, já teve êxito. Mas, talvez ainda mais importante, este livro – já traduzido para o espanhol – encontra leitores entre os formuladores de política de diversos países da região. Tudo isso é um começo construtivo.

Ao mesmo tempo, creio firmemente que este livro deve ser leitura obrigatória de todos os especialistas em desenvolvimento na América Central, inclusive representantes de organizações não-governamentais no nível comunitário. Ao apresentar uma visão panorâmica da região como um todo, Leonard apresenta o contexto amplo em que todos nós devemos operar. O quadro composto de recursos em rá-

pido declínio, "assistência" mal orientada, políticas autodestrutivas e incompetência estrutural generalizada que surgem à medida que o leitor encontra seu caminho na densa floresta de informação estatística e exposições é, para ser franco, inexoravelmente sombria e até mesmo deprimente. Infelizmente, é a realidade que devemos procurar modificar. Antes de lançar-nos impetuosamente ao combate com nossas pequenas espadas, seria de bom aviso considerar a natureza do inimigo, para que não ajudemos involuntariamente um adversário que não somente é gigantesco mas também descontrolado.

MAC CHAPIN tem doutorado em antropologia pela *University of Arizona* e pertence ao *Cultural Survival*, grupo com sede em Cambridge, Massachusetts, que trabalha com indígenas. A edição de capa mole de *Natural Resources and Economic Development in Central America* custa US\$20. Dirigir pedidos a IIED, 1717 Massachusetts Ave., N.W., Washington, D.C. 20036. Exemplares de capa dura devem ser pedidos diretamente a *Transaction Books*. A edição em espanhol, *Recursos Naturales y Desarrollo Económico en América Central*, deve ser pedida a *Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza (CATIE)*, Torrialba, Costa Rica.

RECURSOS

Quinze anos após a Emenda Percy estipular que se deve dispensar atenção especial à integração da mulher no desenvolvimento, os deputados norte-americanos Pat Schroeder e Mickey Leland apresentaram recentemente um projeto de lei para ampliar o alcance da emenda original. Entre outras coisas, essa lei exigiria que a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) incorpore a mulher em todos os aspectos dos projetos de desenvolvimento — do planejamento à avaliação.

Esse apelo à ênfase renovada em temas específicos da mulher não nega as conquistas do passado, tais como o Decênio da Mulher, da ONU; ao contrário, assinala a enormidade do que resta a ser feito. O breve estudo que segue examina alguns dos centros de recursos que surgiram para melhorar a posição econômica e social da mulher na América Latina.

Em 1977 o Banco Mundial criou a Assessoria sobre a Mulher no Desenvolvimento. Dez anos mais tarde, estabeleceu em sua plenitude a Divisão da Mulher no Desenvolvimento (WID).

As seis pessoas que constituem a WID estão procurando formular "Planos de Ação por País", com abordagem multissetorial a fim de melhorar as oportunidades da mulher em determinados países, inclusive a Bolívia. Esse esforço combina a formulação de política com pesquisa aplicada, com vistas a proporcionar um contexto conceitual para a participação da mulher no desenvolvimento. Ao elaborar planos de ação por país e iniciativas programáticas na área de serviços de planejamento agrícola no nível local, a WID espera desenvolver modelos para atividades de todo o Banco a fim de prestar assistência à mulher na agricultura, indústria, educação, planejamento familiar, saúde e nutrição.

Um novo programa, a Iniciativa de Maternidade Segura do Banco Mundial (SMI), começou em fevereiro de 1988. A SMI é um esforço duplo para melhorar os serviços de saúde disponíveis a mães nos países em desenvolvimento. Promove um sistema de serviços primários de saúde comunitária e familiar, com apoio de clínicas e de um serviço de transporte de emergência para mulheres com complicações médicas durante a gravidez ou parto.

Recursos literários de que atualmente dispõe a WID incluem: *Preventing the Tragedy of Maternal Deaths: A Report on the International Safe Motherhood Conference*; *The Safe Motherhood Initiative: An Address by Barber Conable, President of the World Bank*; *Women in Bolivia: An Annotated Bibliography*; e *The Safe Motherhood Initiative: Proposals for Action*.

Para maiores informações, dirigir-se a Women in Development Division, World Bank, 1818 H Street, NW, Room S9-131, Washington, D.C. 20433, EUA.

O *International Center for Research on Women* — ICRW (Centro Internacional de Pesquisas sobre a Mulher) é organização privada, sem fins lucrativos, com sede em Washington e em funcionamento há 11 anos, dedicado ao melhoramento da situação econômica da mulher nos países em desenvolvimento. A fim de alcançar essa meta, o ICRW proporciona assistência técnica a entidades de desenvolvimento nacionais e internacionais e a organizações não-governamentais, realiza pesquisas em educação pública e patrocina um programa de bolsas de estudo para profissionais e pesquisadores visitantes do Terceiro Mundo.

Com um quadro de pessoal constituído principalmente de mulheres economistas, o ICRW ajuda a identificar, acompanhar e avaliar projetos urbanos e rurais que se concentram em desenvolvimento de pequenas empresas, treinamento profissional e serviços de saúde e nutrição. Prestou assessoramento a missões da USAID na Costa Rica e no Equador, entre outros países, sobre a forma de incorporar a mulher em seus planos quinquenais de desenvolvimento.

As atividades de pesquisas incluíram estudos em nível tanto micro como macro. Por exemplo, o programa *Women's Work and Child Welfare* (Trabalho da Mulher e Bem-Estar Infantil) analisa como as mulheres de baixa renda equilibram suas responsabili-

dades como mães e geradoras de renda e como essa dupla função afeta o bem-estar dos filhos. Um projeto recente de pesquisa conjunta com o *Overseas Development Council* examinou como a crise da dívida afeta os padrões de trabalho da mulher e suas oportunidades de geração de renda na América Latina e no Caribe, de forma que os formuladores de política possam maximizar as estratégias de sobrevivência da mulher.

Na última década, o ICRW publicou mais de 50 relatórios, monografias e documentos sobre uma série de tópicos que afetam a mulher, inclusive acesso à educação primária e secundária, bem como padrões de migração no Terceiro Mundo. A maioria das publicações são em inglês e espanhol. Está atualmente no prelo a publicação bilíngüe *Integrating Women into Development Programs: A Guide for Implementation for Latin America and the Caribbean*.

Para maiores informações, dirigir-se a: International Center for Research on Women, 1717 Massachusetts Ave. NW., Suite 501, Washington, D.C. 20036, EUA.

A *Isis International* foi criada em 1974 por mulheres que trabalham no campo de desenvolvimento de base e nos níveis intermediários para documentar as atividades de organizações de mulheres em seu esforço para superar desigualdades culturais e sociais e padrões de discriminação há muito existentes no Terceiro Mundo. As atividades e programas da *Isis* baseiam-se na participação direta de afiliados locais, constituindo uma rede global *ad hoc*, coordenada por equipes internacionais com escritórios na Itália e no Chile.

A espinha dorsal da rede de comunicações da *Isis* tem sido um boletim de informação e recursos publicado pela primeira vez em inglês, em 1976, e em espanhol em 1979. Em 1984, esse boletim tornou-se o *Isis International Women's Journal*, uma série de livros semestrais. A responsabilidade da publicação recai, por rodízio, a diversos grupos de mulheres do Terceiro Mundo. Todo número do *Journal*, escrito em estilo vivo, abrange uma série ampla de temas e experiências de base. A estratégia do rodízio visa a dar às mulheres a oportunidade de falar por si próprias e reforçar a rede, compartilhando o conhecimento de

primeira mão proveniente de diversas partes do globo. *Women in Action*, suplemento trimestral do *Journal* publicado em inglês e espanhol, proporciona uma visão geral atualizada do que acontece no movimento feminino em todo o mundo. O escritório da *Isis* em Santiago — que também coordena a *Latin American and Caribbean Women and Health Network*, entidade criada em 1984 — publica um boletim bimensal, em espanhol e inglês, com informações sobre grupos de saúde e recursos.

Para maiores informações sobre material impresso e audiovisual produzido pela *ISIS International*, dirigir-se a seus escritórios: Via San Saba 5, 00153 Roma, Itália e Casilla 2967, Correo Central, Santiago, Chile.

A *OEF International* é uma instituição privada de desenvolvimento, sem fins lucrativos e com sede nos Estados Unidos, dedicada a criar oportunidades econômicas para mulheres de baixa renda por meio de programas de treinamento e assistência técnica em mais de 70 países.

A *OEF* recentemente publicou um trabalho em três partes, intitulado *Appropriate Business Skills for Third World Women*, para treinadores, extensionistas e programadores que prestam assistência a mulheres no planejamento, financiamento, administração e promoção de diferentes pequenas empresas. Os três manuais de treinamento técnico baseiam-se numa abordagem de participação ao desenvolvimento da educação, criada pela *OEF*.

Outras publicações da *OEF* incluem *Women Working Together for Personal, Economic and Community Development*; e *Navamaga: Training Activities for Group Building, Health and Income Generation*. Esses manuais podem ser adaptados para serem usados por homens e mulheres, em ambiente urbano ou rural, e são acessíveis ao público tanto alfabetizado como analfabeto.

Dirigir pedidos de informações a *OEF International*, 1858 H Street, NW, 11th Floor, Washington, D.C. 20006, EUA.

—Barbara Annis e
María Adela Shearer

CARTAS

O artigo de Mac Chapin *The Seduction of Models*, publicado em *Desenvolvimento de Base* Vol.12, Nº 1, provocou mais cartas dos leitores do que qualquer outro artigo jamais publicado nos 11 anos da revista. Embora a maioria das cartas fosse demasiadamente longa para publicar na íntegra, os excertos seguintes sintetizam os pontos de vista expressos — alguns positivos, outros negativos.

Gostei do artigo muito direto de Mac Chapin. Minha única preocupação foi a redação do subtítulo. A pergunta "Uma tecnologia agrícola, inventada pelos astecas, poderá salvar os pequenos agricultores de hoje dos excessos da Revolução Verde?" deveria expressar-se com mais exatidão nos seguintes termos: "A agronomia poderá proteger uma aldeia contra a ideologia romântica dos agroecólogos?" Certamente, nenhum agrônomo, digno desse nome, promoveria a transferência de tecnologia aos agricultores sem testá-la adequadamente em condições tanto experimentais como de campo.

Vernon W. Ruttan
Departamento de Agricultura
Economia Aplicada
University of Minnesota

Desejo fazer um comentário sobre o artigo de Mac Chapin. Minhas observações baseiam-se em anos de pesquisas sobre agricultura de alagados pré-hispânicos nas terras baixas da Mesoamérica, bem como numa longa associação com o INIREB, o instituto de pesquisas que trabalha na transferência de experiências do sistema de *chinampas* para as terras baixas.

A crítica básica do artigo é inteiramente cabível. O modelo *chinampa*, após anos de promoção em revistas e de viva voz, conseguiu realmente libertar-se do mundo tangível ... Além disso, porém, parece-me que é a conveniência do modelo específico da agricultura do alagado, transportado do altiplano para as terras baixas, que deve ser questionado e não a conveniência de reintroduzir os sistemas tradicionais *per se*.

Por esta altura, já deve ser evidente que a *chinampa* representa uma forma relativamente avançada de agricultura de alagado, especialmente no controle dos níveis de água que oferece, a fim de permitir o cultivo durante todo o ano. Os remanescentes da

agricultura pré-hispânica que permeiam os alagados dos flancos ocidental e oriental da Península Yuca-tán, nas terras baixas do norte e do centro de Veracruz e em diversos outros locais, parecem representar um sistema mais rudimentar ... [no qual] há ausência de prova de controle do nível de água e onde as plataformas de plantação eram provavelmente inundadas parte do ano.

... Em vez de instalar um sistema total de uma só vez, teria sido mais apropriado e controlável introduzir um modelo mais rudimentar. Modificações bastante simples das margens dos alagados por meio da canalização ladeira abaixo aceleraria a drenagem no início da época da seca mas posteriormente permitiria o acesso da água de irrigação. A inundação sazonal seria aceita como uma espécie de pousio, que ajudaria o controle de pragas e enriqueceria o solo por meio da sedimentação. Eventualmente, isso poderia ser elaborado — estendendo-se a rede de canais ladeira abaixo para o centro do alagado, construindo represas para controlar o nível da água em determinada bacia e acrescentando plataformas — para aproximar-se do que pode ser considerado como a seqüência original de desenvolvimento do sistema [pré-hispânico].

Além disso, há certamente problemas de contexto. ... Há, por exemplo, um problema fundamental com relação à posse [da terra]. A maior parte dos alagados das terras baixas da Mesoamérica, onde podem ser encontrados os remanescentes do sistema antigo e onde se pode esperar reintroduzi-lo, está agora em mãos de proprietários privados que se inclinam à pecuária. As comunidades de pequenos proprietários, que possivelmente mais se beneficiariam com a reintrodução, geralmente não têm acesso aos alagados.

Toda a perspectiva de reativação dos sistemas antigos é, na realidade, mais do que algo romântico mas não deve ser descartada inteiramente. É de se esperar fracassos iniciais; a tragédia surge quando

não pode ser acompanhada de elaborações e experiências. As alternativas antigas continuam a ser promissoras para o melhoramento da subsistência entre povos rurais marginalizados no mundo em desenvolvimento. Os problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do modelo mais sedutor e penetrante de todos — o da agricultura comercial e mecanizada — exigem a continuação de tentativas de reativação.

Alfred H. Siemans
Departamento de Geologia
Universidade de British Columbia

O artigo sobre *chinampas* fez-me pensar muito sobre os projetos de produção (agrícolas e de outra natureza) que os *Amigos de Sian Ka'an* esperam realizar com os *ejidos* maias. A antropóloga que nos está ajudando a formular os projetos tem diante de si um desafio formidável. Não devemos seguir o caminho de tantos outros que, em suas tentativas de impor um sistema teórico pré-concebido, se esquecem de que as necessidades a serem atendidas são as das pessoas e não as dos cientistas. No caso em questão, devemos enfrentar a desintegração rápida das tradições maias como resultado do desenvolvimento acelerado do turismo e de suas conseqüências sócio-econômicas. É interessante observar que o sucesso final dos Chontales está no fato de que seu projeto lhes permite ganhar dinheiro em Villahermosa, reforçando ao mesmo tempo sua prática de plantar cultivos de subsistência e ajudando-os assim a se apegarem mais à terra. Essa integração "suave" talvez também se adapte à área maia mas eu não quero formular soluções preconcebidas.

Juan E. Bezaury
Diretor Executivo
Amigos de Sian Ka'an
Cancún, México

... Os projetos agrícolas discutidos [no artigo de Mac Chapin] fizeram tantos erros técnicos crassos que tiveram de ser retificados pelo INIREB e por outros. Entretanto, a questão é que, somente em base técnica, os campos elevados podem ser usados em grande parte dos alagados mencionados. Os fracassos assinalados por Chapin relacionavam-se muito mais com o planejamento sócio-econômico deficiente que acompanhou os projetos. A identificação de tais problemas foi o pomo da discórdia na conferência de Villahermosa, realizada em 1979, que se concentrou no projeto Chontal. Vários dentre nós argumentaram que, naquele momento, os planejadores econômicos deveriam conferenciar com os agricultores ou deixá-los em paz. O transporte, seguro da colheita e segurança do mercado eram apenas algumas das questões não adequadamente tratadas nas fases iniciais daquele projeto mas o ponto crítico é que essas questões eram as fontes do fracasso, não a tecnologia.

Chapin deve estender sua análise mais além. Recentemente, mais de 500 famílias começaram a ressuscitar antigos campos elevados nas periferias sazonalmente inundadas do Lago Titicaca no Peru, aparentemente com êxito considerável.

B. L. Turner II, Diretor
Escola Pós-Graduada de Geografia
Clark University
Worcester, Massachusetts

NOTA DO REDATOR: *A Fundação Interamericana recentemente concedeu uma subvenção para a Faculdade de Agricultura da Universidad Católica Boliviana a fim de realizar pesquisa sobre a reintrodução da agricultura de campos elevados nas comunidades perto das margens do Lago Titicaca.*

Os editores de *Desenvolvimento de Base* convidam os leitores a fazerem comentários de fundo sobre os artigos publicados nesta revista. As cartas, que poderão ser editadas para efeitos de extensão e clareza, devem ser remetidas a: Grassroots Development, Inter-American Foundation, 1515 Willson Blvd., Rosslyn Virginia, 22209, EUA.

PÓS-ESCRITO

Embora a Fundação Interamericana, como muitas outras organizações de desenvolvimento, se tenha concentrado no setor urbano nos últimos anos, continua a conceder grande parte de seu financiamento a projetos agrícolas e de desenvolvimento rural.

Uma razão é a necessidade de capitalizar as associações de produtores locais e programas de desenvolvimento comunitários correlatos, à medida que os países destinam níveis cada vez maiores de seus orçamentos para os setores industriais e urbanos. Outro fator, de acordo com Stephen Vetter, Vice-Presidente para Programas da Fundação Interamericana, é que "as pequenas comunidades têm a tradição de organizar-se para sua própria sobrevivência, o que torna mais fácil à Fundação Interamericana atingi-las".

De fato, a necessidade de tal apoio aumenta diariamente, à medida que a modernização impõe novas pressões no campo. A agricultura mecanizada, juntamente com o uso de fertilizantes químicos e pesticidas, ameaça agora a saúde e o bem-estar econômico dos agricultores de todo o hemisfério.

Este número de Desenvolvimento de Base estuda em profundidade como as pessoas de uma região — o Cone Sul — estão procurando enfrentar essas pressões. Embora seja mais comumente associada com a América Central ou com a região andina, a pobreza rural existe nos países do Cone Sul que disfarçam cifras de renda per capita. Diversas condições sociais, econômicas e políticas, predominantes em toda a região, levaram a uma série de abordagens inovadoras ao desenvolvimento rural que merecem divulgação.

Por exemplo, a comercialização direta é uma alternativa à dependência dos intermediários que proporcionam crédito e compram as colheitas dos agricultores. Como David Bray e Dionisio Borda descrevem em seus artigos "Internalização da Crise do Algodão" (p. 15), um grupo de pequenos agricultores do Paraguai desafiou as práticas agrícolas de produção e comercialização estabelecidas para conseguir lucro, embora pequeno, com base nos cultivos de subsistência. Esses ganhos modestos são suficientes, no momento, para manter os agricultores em sua terra — e as famílias intactas.

No Vale Cachapoal, no Chile, os pequenos agricultores que se modernizaram suficientemente para concorrer nos mercados internacionais, devem agora combater outro problema: o perigo à sua saúde e ao meio ambiente causado pelo uso cada vez mais generalizado de pesticidas altamente tóxicos. Como Patrick Breslin concluiu em seu artigo oportuno, "O Vale sem Pássaros" (p. 24), cada passo no processo de desenvolvimento traz consigo novos problemas e desafios.

Para muitas pessoas carentes da zona rural, o maior desafio a ser enfrentado é como manter sua identidade cultural e os valores tradicionais, à medida que o Século XX se aproxima. Ariel Dorfman, escritor chileno de destaque, visitou uma comunidade no norte da Argentina para ver como um grupo de índios Matacos estão fazendo a transição de caçadores-extratores para colonos. Seu relatório persistente, "A caminho de outra selva", (p. 2) talvez levante tantas perguntas como respostas.

Os temas tratados neste número de Desenvolvimento de Base são essenciais para o apoio da Fundação Interamericana ao desenvolvimento rural. Esperamos que estes artigos sejam úteis ao leitor e informativos em seu trabalho.

Kathryn Shaw

FUNDAÇÃO INTERAMERICANA

Conselho
Diretor

Victor Blanco, Presidente; Presidente, Multiple Medical Management
Harold K. Phillips, Vice-Presidente; Presidente, Granja Costarricense de Camarones, S. A.
Elliot Abrams, Secretário Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, Departamento de Estado
Lynda Barness, Coordenadora de Projetos, The Barness Organization
Richard T. McCormack, Representante Permanente dos Estados Unidos junto à Organização dos Estados Americanos
Luis G. Nogales, Presidente, ECO, Inc.
Alan Woods, Administrador, Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos

Conselho
Assessor
do Conselho
Diretor

Peter T. Jones, Diretor, Center for Research in Management, University of California—Berkeley
Thomas Kahn, Diretor, International Affairs, AFL—CIO
J. William Middendorf II, Investment Services International
Martha T. Muse, Presidente do Conselho de Diretores e Presidente da Tinker Foundation, Inc.
Carlos M. Pérez, Presidente do Conselho de Diretores e Presidente da Ciudadanos Preocupados por la Democracia
Tomás Regalado, Diretor de Notícias, WQBA Radio
Ariel Remos, Colaborador, Diario Las Américas
Curtin Winsor, Jr., Vice-Presidente e Fiduciário, William H. Donner Foundation, Inc.

Conselho
Executivo

Debora Szekely, Presidente
Stephen Vetter, Vice-Presidente de Programas
Charles Reilly, Vice-Presidente de Aprendizado e Divulgação
Ned Benner, Oficial de Análise de Programas
Charles Berk, Assessor Jurídico
Adolfo Franco, Assessor Jurídico Associado

Bolsas da
Fundação
Interame-
ricana

A Fundação instituiu três programas de bolsas em apoio a pesquisadores da América Latina, do Caribe e dos Estados Unidos que estudam atividades de desenvolvimento entre os pobres. Dois desses programas apóiam a pesquisa de campo na América Latina e no Caribe nos níveis de mestrado e doutorado; o terceiro ajuda especialistas e profissionais da América Latina e do Caribe a realizarem estudos de pós-graduação nos Estados Unidos.

As matérias das bolsas giram em torno dos seguintes assuntos: 1) natureza de eficientes organizações de base entre os pobres; 2) natureza de eficientes organizações intermediárias ou de serviços; 3) avaliações sistemáticas de atividades locais de desenvolvimento, tais como estudos de programas e projetos de desenvolvimento destinados a beneficiar as populações pobres, inclusive pequenas empresas do setor informal, mulheres arrimos de família, populações indígenas isoladas e pescadores artesanais.

Endereço para inscrição e consultas:

Fellowship Office, Inter-American Foundation, 1515 Wilson Boulevard, Rosslyn, VA 22209 — EUA, (703) 841-3864

Índice

A caminho de outra selva:
a viagem final dos matacaos?

Ariel Dorfman

Internalização da crise do algodão:
organização de pequenos agricultores
no leste do Paraguai

David Bray e
Dionisio Borda

O vale sem pássaros

Patrick Breslin

La Feria Educativa:
manancial de idéias e orgulho cultural

Chuck Kleymeyer e
Carlos Moreno

Forum • A marcha do desenvolvimento

Livros • Recursos

Cartas • Pós-escrito